



Centro Universitário de Brasília- Uniceub

Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais-FAJS

Pâmela Cardoso Guimarães da Costa

A Influência das Organizações Não Governamentais na consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos: um estudo de caso sobre a Comissão Internacional de Juristas e sua atuação na 55ª sessão do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) das Nações Unidas

Brasília

2015

Pâmela Cardoso Guimarães da Costa

A Influência das Organizações Não Governamentais na consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos: um estudo de caso sobre a Comissão Internacional de Juristas e sua atuação na 55ª sessão do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) das Nações Unidas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, do Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Renato Zerbini Ribeiro Leão.

Brasília

2015

Pâmela Cardoso Guimarães da Costa

A Influência das Organizações Não Governamentais na consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos: um estudo de caso sobre a Comissão Internacional de Juristas e sua atuação na 55ª sessão do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) das Nações Unidas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, do Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Renato Zerbini Ribeiro Leão.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. orientador Renato Zerbini Ribeiro Leão

Prof. Silvia Menicucci de Oliveira Selmi

Prof. Aline Maria Thome Arruda

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.”

(Boaventura de Souza Santos)

AGRADECIMENTOS

Com profunda gratidão às Forças Protetoras do Universo pela proteção obtida, ofereço minhas sinceras orações pelo aumento da eficácia dos seus poderes.

Agradeço aos meus pais, José Moacir Cardoso da Costa e Alice Maria Guimarães Costa, fonte de inspiração e pilar das minhas conquistas. Obrigada por sempre acreditarem em mim, até quando eu mesma duvidei.

Ao meu orientador Prof. Dr. Renato Zerbini Ribeiro Leão pela amizade e pelo incentivo diário.

A Prof. Raquel Boing pelo modelo de pessoa e profissional e por toda a atenção dispensada aos seus alunos.

E aos meus irmãos escolhidos que abrilhantam constantemente a minha jornada.

RESUMO

O Regime Internacional de Direitos Humanos (RUDH) configurou-se no pós-Segunda Guerra Mundial a partir da preocupação do estabelecimento de um padrão para o que seria o tratamento digno à pessoa humana. Com o estabelecimento do RUDH, os Estados que ratificaram os tratados de direitos humanos assumiram obrigações frente à sociedade internacional e passaram a submeter-se ao monitoramento internacional do *status* dos direitos humanos em seus territórios. Essenciais ao monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados parte e à constatação do cumprimento das obrigações ratificadas, são as organizações da sociedade civil transnacional, que possuem como principal ator as Organizações Não Governamentais. As ONGs são responsáveis pelo levantamento de questões às agendas internacionais, pelo auxílio na construção das normas internacionais, pela denúncia de violações de direitos humanos e pela pressão junto aos Estados para sigam os padrões internacionais existentes e garantam os direitos econômicos sociais e culturais. Ao realizarem tais atividades as ONGs são responsáveis pela consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos. A presente pesquisa teve como objetivo constatar a influência das ONGs na consolidação do Regime Internacional dos Direitos Humanos. Para tal, realizou-se um estudo de caso sobre a atuação da Comissão Internacional de Juristas (CIJ) na 55ª Sessão do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas.

Palavras-chave: Regime Internacional. Direitos Humanos. Influência. ONGs.

ABSTRACT

The International Human Rights Regime was established after the Second World War, due to a concern to create a standard to define a pattern of what would be a decent treatment to human beings. With the creation of the International Human Rights Regime, the State parties that ratified the treaties assumed international obligations in face of the international society and, from that moment on, submitted themselves to international human rights monitoring. A specific actor with great relevance to the human rights monitoring is the international civil society, especially the Non Governmental Organizations (NGOs). The NGOs are responsible for bringing up issues to the international agendas, to assist in norm construction, to report human rights violations and to pressure States to comply with the existing international standards and guarantee the economic, social and cultural rights. The practices of such activities ensure the consolidation of the International Human Rights Regime. This research has an objective to determine in what extent the NGOs influence in the consolidation of the International Human Rights Regime. In order to achieve such purpose, a case study on the activities of the International Commission of Jurists in the 55th Session of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights was conducted.

Keywords: International Regime. Human Rights. NGOs. Influence.

ÍNDICE DE SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CDESC	Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CEDAW	Convenção contra todas as formas de discriminação contra a mulher
CIJ	Comissão Internacional de Juristas
DESC	Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
DIP	Direito Internacional Público
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexo
OI	Organização Internacional
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDCP	Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
RIDH	Regime Internacional de Direitos Humanos

UNESCO Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1- A AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS NAÇÕES UNIDAS E A FORMAÇÃO DO REGIME INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	10
1.1-O Direito Internacional Público	10
1.2- O Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	12
1.3- A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a internacionalização dos Direitos Humanos.....	14
1.4- O Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos	17
1.5- A I Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Teerã).	18
1.6- Os Pactos Internacionais de Direitos Humanos.	19
1.7- O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	20
1.8- O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais-CDESC	21
1.9- A II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena).....	24
1.10-O Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.	24
1.11-Teoria de Regimes.....	27
1.12-O Regime Internacional de Direitos Humanos.	30
2- PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS	33
2.1-O Mundo do pós-Segunda Guerra Mundial e o surgimento de novas agendas.	33
2.2- As ONGs e o Sistema das Nações Unidas.	35
2.3. O poder por influência (Soft Power) e o processo de advocacy das ONGs de direitos humanos.....	39
2.4-Atuação das ONGs nas Nações Unidas.....	43
3- ESTUDO DE CASO SOBRE A ATUAÇÃO DA COMISSÃO INTERNACIONAL DE JURISTAS NA 55ª SESSÃO DO COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DAS NAÇÕES UNIDAS.....	47
3.1- A Comissão Internacional de Juristas (CIJ)	47
3.2- Estudos de Caso: Atuação da CIJ no CDESC.....	50
3.2.1-Correlação entre as recomendações da CIJ sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na Irlanda e as Recomendações Expressas pelo CDESC nas Observações Conclusivas ao País.	51
3.2.2- Proposições da CIJ abarcadas pelas Recomendações Gerais do CDESC à delegação de Uganda	53
3.3.3- Análise do <i>status</i> dos DESC na Tailândia.....	56
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS	63
ANEXO 1- PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.....	67
International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights.....	67
Adopted and opened for signature, ratification and accession by General Assembly resolution 2200A (XXI) of 16 December 1966 entry into force 3 January 1976, in accordance with article 27	67
ANEXO 2- PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.....	75
Optional Protocol to the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights	75

Annex Optional Protocol to the International Covenant on Economic, Social and Cultural
Rights.....75

INTRODUÇÃO

Ao fim de duas guerras mundiais, novas demandas foram surgindo no seio da sociedade internacional fazendo nascer a necessidade de tratamento de temas suplementares à guerra, como meio ambiente e direitos humanos. Aliada à crescente necessidade de construírem-se normas que regulamentassem tais questões, as atrocidades provocadas pela guerra geraram expectativa de regulamentação do que seria um tratamento digno à condição humana.

A nova ordem mundial gerada pelo pós-guerra resultou na necessidade de normatização do campo de Relações Internacionais e contribuiu para o surgimento do Regime Internacional de Direitos Humanos (RIDH), iniciado a partir da internacionalização deste em 1945. Essenciais para a formação desse regime foram a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e a adoção da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) em 1948.

A constituição do RIDH não se restringiu à voluntariedade dos Estados, mas acolheu demandas da sociedade, cujas expectativas envolviam a garantia de seus direitos fundamentais frente à arbitrariedade dos Estados. A nova ordem internacional impõe às nações uma realidade internacional, cujas demandas envolvem questões adicionais à segurança nacional e à soberania, fato que destaca a importância de atores não estatais nessa nova conformação. Sabe-se que as Organizações Internacionais têm papel primordial na discussão e formulação de regimes. Resta saber qual a profundidade da influência da sociedade civil organizada para a sua construção e consolidação.

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar a influência das Organizações Não Governamentais (ONGs) na consolidação de Regimes Internacionais, em especial, na formação e consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos. Para tanto, será realizado um estudo de caso sobre a Comissão Internacional de Juristas (CIJ) e de sua atuação no Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (CDESC) das Nações Unidas com o objetivo de identificarem-se situações concretas em que a CIJ contribuiu e influenciou as decisões do órgão. Por meio dos casos concretos e embasados no aparato conceitual da teoria liberal das Relações Internacionais, principalmente pelo conceito de *soft power* de Joseph Nye, será possível avaliar a dimensão da influência das ONGs na realização de políticas em prol dos direitos humanos e, em consequência, na formação do RIDH.

No Capítulo 1 será elencado o desenvolvimento da concepção de direitos humanos e a sua afirmação no âmbito das Nações Unidas. Em seguida, no Capítulo 2, será demonstrada a

evolução do papel da sociedade civil no seio das Nações Unidas. Por último, no Capítulo 3, será realizado o estudo de caso sobre a atuação da Comissão Internacional de Juristas no CDESC da ONU como forma de mensurar a influência das ONGs na consolidação do RIDH.

1- A AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS NAÇÕES UNIDAS E A FORMAÇÃO DO REGIME INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

A afirmação dos Direitos Humanos no âmbito das Nações Unidas foi consolidada como resultado de um longo processo de discussões políticas e do estabelecimento dos instrumentos internacionais para a proteção internacional da pessoa humana. A ratificação dos tratados internacionais, como a Carta de São Francisco e a Carta de Direitos Humanos, aliada ao funcionamento dos órgãos de monitoramento dos tratados no âmbito da ONU, foram essenciais para a conformação do Regime Internacional de Direitos Humanos e para o seu fortalecimento. Os direitos humanos são um ramo do Direito Internacional Público que trata da dignidade da pessoa humana e a afirmação de um Regime Internacional de Direitos Humanos é primordial para a sua garantia. Como atores essenciais ao fortalecimento do Regime Internacional de Direitos Humanos, encontramos os Estados, as Organizações Internacionais e, principalmente, os indivíduos, que, ao formarem grupos de pressão, são responsáveis pelo monitoramento e pela denúncia de violações aos direitos humanos acordados nos tratados. Dessa forma, no Capítulo 1 será evidenciado o desenvolvimento do Regime Internacional dos Direitos Humanos a partir de sua consolidação no âmbito das Nações Unidas.

1.1-O Direito Internacional Público

O Direito Internacional Público (DIP) refere-se ao ramo do Direito que visa legislar sobre as relações jurídicas entre diferentes sistemas nacionais, relações estas que envolvem Estados, Organizações Internacionais (OIs) e os demais atores do sistema internacional. Durante muito tempo o DIP destinou-se a regular ações pontuais entre os Estados, já que baseava-se nos princípios da soberania, da independência e da não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Entretanto, a partir da segunda metade do Século XX com o surgimento das OIs, e mais tarde com os processos de integração, o DIP passa a regular, por meio de instituições, questões estruturais de caráter internacional.¹

¹SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento; ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de Direito Internacional Público*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

O caráter anárquico do sistema internacional, no qual inexistia uma autoridade superior aos Estados, impõe ao Direito Internacional Público características que o distinguem dos direitos internos. O DIP baseia-se no consentimento dos Estados em regular suas inter-relações e a tradução desse consentimento em norma dá-se pelo princípio do *pacta sunt servanda*, no qual o que for acordado nos tratados internacionais deverá ser cumprido.²

A corrente tradicional do DIP considera que os únicos atores do direito internacional são os Estados e as Organizações Internacionais (OIs), pois seriam estes os únicos entes do sistema internacional a possuírem capacidade jurídica e competência para produzir norma. Francisco Rezek, partidário dessa corrente afirma: “Não têm personalidade jurídica de direito internacional os *indivíduos*, e tampouco as *empresas*, privadas ou públicas.”³ (grifo do autor)

Outros autores, entretanto incluem os indivíduos, as organizações da sociedade civil e as empresas transnacionais como atores do Direito Internacional Público. São partidários dessa corrente Celso D. de Albuquerque e Hildebrando Accioly. Celso D. de Albuquerque utiliza o termo “pessoa internacional” e afirma que os indivíduos são sujeitos do direito internacional, já que a eles são atribuídos direitos e deveres perante o ordenamento jurídico internacional.⁴ Já Hildebrando Accioly, relata que o direito internacional trata da regulação das relações entre os Estados e, subsidiariamente da normativa das relações entre organizações e indivíduos.⁵

Outro partidário da corrente que considera o indivíduo como sujeito de DIP, Renato Zerbini, afirma que os Estados são os responsáveis pela conformação das organizações internacionais de proteção dos direitos humanos e que o indivíduo é claramente sujeito do DIP, podendo inclusive denunciar perante a sociedade internacional o seu Estado de origem por violações cometidas em relação aos direitos acordados nos tratados. Essa capacidade processual é que confere ao indivíduo a subjetividade processual ⁶

²REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

³Ibidem. p. 182

⁴MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 11 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

⁵SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento; ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de Direito Internacional Público*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

⁶LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Human Rights as an essential element of contemporary international community*. *Revista IIDH*, v. 55, p. 103-120, jan./jun. 2012.

A globalização e o advento do Século XXI tornam clara a participação do indivíduo no cenário internacional e expõem a necessidade de considerá-lo sujeito do Direito Internacional Público. Para Cançado Trindade os indivíduos são notoriamente sujeito de direito internacional. “A titularidade jurídica internacional do ser humano, tal como anteviam os chamados fundadores do direito internacional (o direito das gentes), é hoje uma realidade.”⁷

Dessa forma, considerando a prerrogativa de que o indivíduo é ator de Direito Internacional Público, verificar-se-á a sua atuação em organizações não-governamentais (ONGs) e a influência dessas organizações no cenário internacional, auxiliando na configuração e no fortalecimento de regimes internacionais, e em especial, do Regime Internacional de Direitos Humanos.

1.2- O Direito Internacional dos Direitos Humanos

Os Direitos Humanos podem ser conceituados como as condições morais fundamentais para garantir a dignidade da pessoa humana.⁸ Eles são inerentes à condição humana e não necessitam de normatização para existir. Além disso, são válidos em todo o mundo e dizem respeito ao indivíduo em si, e não à sua coletividade.⁹ Até 1945, o princípio da soberania absoluta regia as Relações Internacionais e os direitos humanos não ultrapassavam as fronteiras dos Estados; situação que reservava ao indivíduo uma condição passiva em relação ao direito internacional.¹⁰ A partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a criação das Nações Unidas, os Direitos Humanos sofrem um processo de internacionalização e passam a ser reconhecidos como matéria de direito internacional. Frente aos horrores da guerra, os Estados viram-se alarmados em relação à manutenção da paz e empenharam-se na reconstrução do paradigma de Direitos Humanos como norteador da nova ordem mundial.¹¹

⁷ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A humanização do direito internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 112

⁸ FORSYTHE, David P. *Human Rights in International Relations*. 3 ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012.

⁹ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina: um estudo a partir do Protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Fabris Editor, 2001.

¹⁰ Idem. Human Rights as an essential element of contemporary international community. *Revista IIDH*, v. 55, 2012. p. 103-120.

¹¹ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeus, interamericano e africano*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Destaca-se a importância da internacionalização dos direitos humanos a fim de se elaborar uma normativa internacional e garantir uma maior profundidade da aplicação de tais direitos. Piovesan relata que os direitos humanos não devem ser preservados apenas no âmbito nacional, já que são de interesse da sociedade internacional. A autora destaca a importância da humanização do direito internacional ao citar Cançado Trindade¹² que afirma: “Não se pode visualizar a humanidade como sujeito de direito a partir da ótica do Estado; impõe-se reconhecer os limites do Estado a partir da ótica da humanidade.”

A Liga das Nações já tratava de assuntos referentes aos direitos humanos, no entanto o seu pleno reconhecimento internacional ocorreu apenas em 1945 quando os Estados perceberam que estes afetavam os seus interesses e que a sua garantia poderia assegurar a segurança e a paz internacionais. Segundo o Presidente estadunidense Franklin Roosevelt, a privação e a perseguição teriam sido as causas da ascensão de regimes totalitários nos países europeus e apenas uma ampla gama de direitos humanos reconhecidos internacionalmente garantiria que agressões como as do Japão, Alemanha e Itália durante 1930, não se repetissem. Ele e o seu sucessor Harry Truman consideravam que a criação das Nações Unidas, além que promover a paz e a segurança internacionais, seria essencial para o desenvolvimento de programas sociais e econômicos que garantiriam a paz.¹³ Como resultado dessas prerrogativas, a Organização das Nações Unidas foi criada em 24 de outubro de 1945 por meio da Carta de São Francisco, que foi o primeiro tratado internacional a elencar os princípios do direito internacional e a reconhecer a universalidade dos direitos humanos.

A Carta de São Francisco trouxe como resultado a constatação do caráter universal dos direitos humanos, impedindo que os Estados continuassem a justificar o tratamento desumano de seus nacionais como matéria de sua competência exclusiva. Além disso, elencou os princípios do Direito Internacional Público que norteiam a Proteção Internacional da Pessoa Humana: igualdade soberana dos Estados, não-intervenção nos assuntos internos, proibição do uso ou ameaça da força, solução pacífica de controvérsias, igualdade de direitos e autodeterminação, cooperação internacional, direitos humanos e boa-fé no cumprimento das obrigações internacionais. Por fim, a Carta da ONU permitiu a positivação do sistema

¹²TRINDADE; ROBLES, 2003 apud PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeus, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva, 2013.

¹³ FORSYTHE, David P. *Human Rights in International Relations*. 2 ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006.

internacional de proteção dos direitos humanos por meio dos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e garantiu posteriormente a criação de órgãos de monitoramento em relação ao cumprimento dos direitos elencados nos pactos nos Estados que os ratificaram.¹⁴

A Carta de São Francisco não especificava, entretanto os direitos a serem garantidos, fazendo surgir a necessidade de um documento mais específico. A partir dessa necessidade é proclamada em 10 de dezembro de 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

1.3- A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a internacionalização dos Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada em 10 de dezembro de 1948 pelos então 58 Estados membros das Nações Unidas. 48 Estados votaram a favor de sua assinatura e nenhum contra. A Declaração foi resultado do trabalho da então Comissão de Direitos Humanos da ONU que proferiu de 1947 a 1948 decisões para a garantia dos direitos humanos, e da UNESCO, que realizou levantamento de possíveis problemas que poderiam surgir a partir da assinatura da DUDH. O texto engloba a garantia de direitos civis e políticos, além dos direitos econômicos, sociais e culturais e passa a garantir ao indivíduo a proteção de seus direitos em decorrência apenas de sua condição humana e não a partir de certas condições específicas (minorias, refugiados, Estados sob tutela...) como era feito no passado. A Declaração Universal de Direitos Humanos, em conjunção com a Carta de São Francisco, foram essenciais para a generalização da proteção internacional dos direitos humanos.¹⁵

A Declaração afirmou os princípios da universalidade, segundo o qual os direitos humanos são universais, já que a dignidade humana é intrínseca à condição humana, e o da indivisibilidade, que afirma que os direitos humanos são indivisíveis e interdependentes. Dessa forma, a violação de um direito acarreta a violação de outros direitos e a garantia dos

¹⁴BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; BORGES, Leonardo Estrela. *O sistema internacional de proteção aos direitos humanos: perspectivas e desafios*. Disponível em: < <https://www.uniceub.br/media/181734/Texto5.pdf> >. Acesso em: 30 out. 2014.

¹⁵TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2 ed. Porto Alegre: S. A. Farbis Editor, 2003.

direitos civis e políticos é condição essencial à promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais e vice e versa.¹⁶

Além disso, a Declaração, já em seu Preâmbulo, foi responsável pela consolidação dos princípios gerais do Direito Internacional Público ao afirmar:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade da palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e opressão,

Considerando essencial promover o desenvolvimento das relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso.

A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.¹⁷

¹⁶PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeus, interamericano e africano. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

¹⁷ONU. *Declaração Universal de Direitos Humanos*, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> Acesso em: 01 nov. 2014.

O preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi ainda responsável pela passagem de uma visão estatocêntrica do Direito Internacional Público para uma visão na qual o indivíduo assume o centro das discussões em relação à sociedade internacional. Nesse sentido, Leão afirma:

Conseqüentemente, poder-se-ia afirmar que o Preâmbulo da DUDH ilustra a consagração política da passagem de uma sociedade internacional, sobretudo desde a óptica do DIP, de viés estatocêntrica, para uma sociedade internacional que reposiciona o indivíduo no epicentro de suas discussões. Na sociedade internacional do Século XXI, a subjetividade internacional do indivíduo é uma realidade institucionalizada no DIP.¹⁸

A Declaração Universal dos Direitos Humanos constituiu, assim o primeiro passo para a composição da Carta de Direitos Humanos, e já previa que aquela deveria ser seguida por Convenções e medidas de implementação para garantir o seu cumprimento. Com o estabelecimento da Declaração surgiram tratados gerais (pactos internacionais e convenções regionais) e tratados especializados (convenções para o cumprimento de direitos específicos como direito das mulheres, da criança e do adolescente, entre outros). As convenções e medidas de implementação que complementam a Carta de Direitos Humanos foram estabelecidas em 1966 com a assinatura dos Pactos de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).¹⁹

A DUDH representa, portanto, o marco legislativo mais importante no processo de internacionalização dos direitos humanos, pois foi responsável por propor a temática à comunidade internacional. Em relação a esse aspecto da Declaração afirma Piovesan: “A Declaração Universal de 1948, na qualidade de marco maior do movimento de internacionalização dos direitos humanos, fomentou a inclusão desse tema no legítimo interesse da comunidade internacional.”²⁰

¹⁸ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O *Locus Standi* dos indivíduos ante o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. In: TRINDADE, Antonio A. Cançado; PEREIRA, Antônio Celso Alves. (Org.) *O direito internacional e o primado da justiça*. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. p.223-254.

¹⁹ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2 ed. Porto Alegre: S. A. Farbis Editor, 2003.

²⁰ PIOVESAN, Flávia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *Revista Sur-Revista Internacional de Direitos Humanos*. Ano 1. n. 1, jan./jul. 2004. p. 23.

1.4- O Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos

A criação das Nações Unidas e a assinatura da DUDH foram responsáveis pela internacionalização dos direitos humanos, cujo processo culminou na criação de um sistema universal para a sua proteção. O sistema universal de Proteção dos Direitos Humanos é constituído por todos os tratados internacionais de proteção, sendo eles os globais como os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e os específicos como a Convenção contra todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW) e a Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos Membros das suas Famílias. A normatização do sistema universal de proteção dos direitos humanos resultou da preocupação internacional acerca do tema, que passou a formar parte de uma consciência global compartilhada pelos Estados sobre padrões mínimos a serem adotados para garantir um tratamento digno à pessoa humana.²¹ Nesse sentido Piovesan afirma:

O sistema internacional de proteção dos direitos humanos é integrado por tratados internacionais de proteção que refletem, sobretudo, a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, na medida em que invocam o consenso internacional acerca de parâmetros mínimos de proteção (o mínimo ético irredutível).²²

Ao sistema universal de proteção dos direitos humanos são atribuídas quatro dimensões: o consenso internacional em relação aos padrões mínimos de proteção, a imposição de prestações negativas e positivas aos Estados, a criação de órgãos de proteção como Comitês e Comissões e a criação de mecanismos de monitoramento (relatórios e petições). A principal função do sistema universal é contribuir para o efetivo avanço da proteção dos direitos humanos no plano interno de cada Estado, cabendo a esses a responsabilidade primordial de garantia da proteção. A ação internacional constitui-se de medida suplementar, quando as instituições internas mostrarem-se ineficazes na promoção dos direitos humanos e quando se esgotarem todos os recursos internos. Dessa forma, ao

²¹PIOVESAN, Flávia. *Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. I Colóquio Internacional de Direitos Humanos. 2001. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/a_pdf/piovesan_sip.pdf> . Acesso em: 03 mar. 2015.

²²Idem. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *Revista Sur-Revista Internacional de Direitos Humanos*. Ano 1. n. 1, jan./jul. 2004. p. 24.

ratificarem os tratados internacionais os Estados parte se submetem ao monitoramento internacional e responderão por violações em seus territórios.²³

Nesse sentido afirma Trindade:

A responsabilidade primária pela observância dos direitos humanos incidia naturalmente nos órgãos internos dos Estados, revestindo os mecanismos internacionais de proteção de caráter essencialmente subsidiário; quando os procedimentos do direito interno já não bastavam, passavam a operar os mecanismos internacionais, como garantia adicional de proteção.²⁴

O sistema universal de proteção dos direitos humanos possui três métodos de implementação: os sistemas de petições, de relatórios e de investigações.

Em paralelo ao sistema universal de direitos humanos, foram surgindo sistemas regionais, como os sistemas europeu, interamericano e africano. Os sistemas universal e regionais de proteção dos direitos humanos constituem o sistema internacional de direitos humanos e ampliam o escopo de proteção da pessoa humana. Estes devem ser encarados, não como antagônicos, mas complementares, pois reforçam a proteção dos direitos humanos.

1.5- A I Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Teerã).

Em 1968 realizou-se a I Conferência Mundial de Direitos Humanos em Teerã. Essa Conferência teve como objetivo avaliar o progresso da proteção dos direitos humanos passados vinte anos da assinatura da Declaração Universal. Participaram da Conferência oitenta e quatro países e os seus principais resultados foram uma visão integrada dos direitos humanos, o reconhecimento de sua interrelação e indivisibilidade e a gradual passagem da fase legislativa para a fase de implementação do direito internacional dos direitos humanos.²⁵

²³ PIOVESAN, Flávia. *Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. I Colóquio Internacional de Direitos Humanos. 2001. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/a_pdf/piovesan_sip.pdf> . Acesso em: 03 mar. 2015.

²⁴ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2 ed. Porto Alegre: S. A. Farbis Editor, 2003. p.53.

²⁵ Ibidem.

1.6- Os Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos trouxe a necessidade de normatização dos direitos humanos por ela previstos. A normatização foi consolidada a partir da ratificação dos Pactos de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O processo de elaboração dos Pactos foi longo e levou quase 20 anos para a sua assinatura. Trindade divide o planejamento dos pactos em quatro etapas: de 1947 a 1950, quando a então Comissão de Direitos Humanos (CDH) trabalhou sozinha para a formulação dos pactos; de 1950 a 1954, quando a Comissão passou a ser assistida pelos trabalhos do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e da Assembléia Geral; o ano de 1951, quando a Assembléia Geral decidiu pela elaboração de dois pactos: PIDCP e PIDESC; e de 1954 a 1966, quando a Comissão terminou o projeto dos dois pactos.²⁶

A divisão entre os pactos de direitos humanos em direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais deu-se como reflexo do período histórico vivido quando da concepção dos pactos. O contexto de Guerra Fria e de descolonização dos países africanos gerou uma divisão nas discussões para a sua implementação, sendo que os países ocidentais defendiam os direitos civis e políticos, enquanto os países socialistas e em desenvolvimento pleiteavam os direitos econômicos sociais e culturais. A elaboração dos Pactos foi iniciada na 8ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos estabelecida em 1952 em Lake Success e nas suas 9ª e 10ª Sessões, a Comissão deu publicidade para que os projetos dos pactos fossem amplamente discutidos pelos Estados e pela sociedade civil. Ao final das discussões a CDH fez uma recomendação a sua Terceira Comissão para que analisasse minuciosamente os dois projetos. Após um longo período de negociações, os pactos (PIDCP e PIDESC) e o Protocolo Facultativo do PIDCP foram finalmente aprovados, em dezembro de 1966, durante os trabalhos da 20ª sessão da Assembléia Geral. O PIDCP e o PIDESC finalmente entraram em vigor, respectivamente em 3 de janeiro e 26 de março de 1976, após alcançarem o número mínimo de ratificações previsto em cada pacto.²⁷

²⁶TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2 ed. Porto Alegre: S. A. Farbis Editor, 2003.

²⁷LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina: um estudo a partir do Protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Fabris Editor, 2001.

Na época da assinatura dos pactos, havia um entendimento de que os direitos civis e políticos seriam de aplicação imediata enquanto os direitos econômicos, sociais e culturais possuiriam um caráter progressivo. Essa visão mostra-se equivocada frente ao contexto atual, já que certas medidas para a promoção dos direitos civis e políticos mostraram-se de implementação progressiva e que o PIDESC prevê medidas imediatas a serem implementadas aos Estados.²⁸ Nesse sentido, afirma Trindade:

A visão compartimentalizada dos direitos humanos pertence ao passado, e, como reflexo dos confrontos ideológicos de outrora, já se encontra há muito superada. O agravamento das disparidades sócio-econômicas entre os países, e entre as camadas sociais dentro de cada país, provocou uma profunda reavaliação das premissas das categorizações de direitos.²⁹

Os pactos de direitos civis e políticos e de direitos econômicos sociais e culturais incorporam a sociedade civil no seio do monitoramento dos direitos humanos e garantem meios legais para uma supervisão das violações de direitos elencados nos pactos pela comunidade internacional.³⁰ No presente trabalho, devido ao recorte da pesquisa, será abordado apenas o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

1.7- O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) foi aberto para ratificação no dia 16 de dezembro de 1966 e entrou em vigor, como previsto no Artigo 27º, 3 meses após a ratificação do 35º país, em 26 de março de 1976 (Anexo 1). Até o momento, 164 países ratificaram o PIDESC. O Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais prevê que os Estados que o ratificaram promovam medidas legislativas, administrativas, financeiras, sociais e educacionais como forma de garantir e promover os Direitos Econômicos Sociais e Culturais. O PIDESC prevê ainda que os Estados tomem medidas para coibir a discriminação de agentes públicos ou privados e que modifiquem as legislações consideradas discriminatórias de forma a adequar a garantia dos direitos previstos no Pacto. A proteção dos DESC se estende tanto a nacionais, quanto a não nacionais e o

²⁸ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2 ed. Porto Alegre: S. A. Farbis Editor, 2003.

²⁹ Ibidem, p.488

³⁰ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina: um estudo a partir do Protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Fabris Editor, 2001.

PIDESC prevê inclusive medidas de aplicação direta como a obrigação de adotar medidas para a garantia dos DESC e a proibição de discriminação.³¹ Acerca das aplicações diretas afirma Trindade: “O PIDESC dispõe sobre a realização progressiva dos direitos, mas também impõe obrigações imediatas.”³²

O PIDESC cria mecanismos para a efetivação dos DESC, inclusive com medidas de recurso às violações e mecanismos efetivos de proteção. Outro ponto a ser destacado em relação ao pacto é a participação da sociedade civil no processo de acompanhamento do status dos DESC nos países signatários.³³

Os DESC são de importância fundamental à promoção da dignidade da pessoa humana e são condição indispensável à garantia inclusive dos direitos civis e políticos. Nesse sentido afirma Piovesan: “São eles autênticos e verdadeiros direitos fundamentais, acionáveis, exigíveis, e demandam séria e responsável observância. Por isso, devem ser reivindicados como direitos, e não como caridade, generosidade ou compaixão.”³⁴

1.8- O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais- CDESC

O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) foi criado pela Resolução 1985/17 do ECOSOC em 28 de maio de 1985, para monitorar a implementação do PIDESC nos Estados parte. O Comitê é formado por 18 especialistas independentes com reconhecida competência em direitos humanos e é responsável pela aplicação das medidas de monitoramento previstas na parte IV do PIDESC.

O CDESC possui como atribuição o acompanhamento do cumprimento dos direitos econômicos, sociais e culturais nos Estados parte e para tal realiza um diálogo construtivo

³¹ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Locus Standi dos indivíduos Ante o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. In: TRINDADE, Antonio A. Cançado; PEREIRA, Antônio Celso Alves. (Org.) *O direito internacional e o primado da justiça*. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. p. 223-254.

³² TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2 ed. Porto Alegre: S. A. Farbis Editor, 2003. p.472.

³³ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina: um estudo a partir do Protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Fabris Editor, 2001.

³⁴ PIOVESAN, Flávia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *Revista Sur-Revista Internacional de Direitos Humanos*. Ano 1. n. 1, jan./jul. 2004. p. 26.

com os Estados.³⁵ As funções de monitoramento são realizadas por meio de quatro mecanismos: a revisão periódica de relatórios formulados pelos Estados sobre o status dos DESC em seus territórios, a emissão de observações e comentários gerais com objetivo de articular direitos e obrigações do tratado, a análise das petições individuais e a sabatina aos Estados parte com intuito de levantar informações acerca de violações ao DESC.³⁶

O Comitê reúne-se periodicamente em três sessões anuais, em fevereiro, junho e setembro/outubro. Uma semana antes das reuniões oficiais, um grupo de trabalho formado por cinco membros do comitê se reúne para debater e decidir previamente as questões a serem realizadas aos Estados parte.³⁷ Uma lista de perguntas (*list of issues*) é repassada ao Estado a ser analisado que ao recebê-la deverá responder por escrito até o início das sessões. Ao ratificarem o PIDESC, é assumida pelos Estados a obrigação de enviar o primeiro relatório dois anos após a ratificação, e depois de cinco em cinco anos. Os informes são rendidos perante o Comitê que os analisa e em seguida observa a exposição de motivos da delegação do Estado objeto de consideração. Após a exposição, são realizadas perguntas acerca do monitoramento dos DESC no Estado e ao final da análise é emitido um documento de Observações Conclusivas ao Estado parte. As observações são recomendações que o Estado deve tomar de forma a garantir a implementação dos DESC em seus territórios. Em suas Observações Conclusivas, o CDESC questiona inclusive as medidas tomadas para abarcar as recomendações anteriores e poderá requisitar ao Estado informações adicionais, como dados estatísticos, antes do depósito do próximo relatório.³⁸

São reservadas três reuniões de três horas cada uma para a apreciação dos relatórios de cada Estado a ser analisado e ao final das reuniões os membros do Comitê se reúnem por cerca de duas horas para discussão privada das observações conclusivas.³⁹

³⁵ MARTÍN, Ana Gemma López. El Pacto de derechos económicos, sociales y culturales de 1966, su Protocolo Facultativo de 2008 y los mecanismo de garantía y control de aplicación. In: LINS JÚNIOR., et. al. *Pacto Internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais: Da previsão normativa à efetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014. p. 315-337.

³⁶ GONÇALEZ, Cláudia Maria Aragão de Lima Vieira. O pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais (PIDESC) e seu monitoramento. In: LINS JÚNIOR., et. al. *Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais: Da previsão normativa à efetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014. p. 297-314.

³⁷ MARTÍN, op. cit.

³⁸ GONÇALEZ, op. cit.

³⁹ Ibidem.

Outro insumo para a produção das Observações Conclusivas são os relatórios sombra, pois no CDESC é aberta a possibilidade do depósito de relatórios alternativos produzidos por organizações da sociedade civil e agências especializadas que também seguem para análise.

As Observações Gerais, apesar de não possuírem caráter vinculante, são publicitadas e os Estados sofrem a sanção pública do constrangimento. Além disso, as observações gerais tem se constituído em jurisprudência do Comitê, que interpreta o alcance e o conteúdo das normas elencadas no PIDESC.⁴⁰

Com o advento do Protocolo Facultativo ao PIDESC, novas atribuições foram acrescentadas ao Comitê que passou a ter competência para receber comunicações de um Estado parte contra outro Estado parte, a investigar confidencialmente violações nos Estados, a analisar as petições individuais e a emitir medidas provisionais.

Por fim, o CDESC se posiciona acerca de temas que envolvam os DESC e emite comentários gerais.

Acerca das obrigações assumidas pelos Estados parte junto ao CDESC, afirma Renato Zerbini Ribeiro Leão:

Segundo esse Comitê, a natureza das obrigações dos Estados Partes para com esses direitos comportam tanto as de resultado – pois todas elas conduzem a um objetivo único (buscar progressivamente a plena efetividade desses direitos) – como as de comportamento, cujo cumprimento requer a imediatez do compromisso de adotar medidas sem estar submetido a nenhuma condição.⁴¹

Ao ratificar um tratado de direitos humanos, o Estado pactua com o monitoramento internacional do status da garantia dos direitos humanos em seu território e com o controle das instituições internacionais em casos de violação, quando as instituições nacionais se

⁴⁰ MARTÍN, Ana Gemma López. El Pacto de derechos económicos, sociales y culturales de 1966, su Protocolo Facultativo de 2008 y los mecanismo de garantía y control de aplicación. In: LINS JÚNIOR., et. al. Pacto Internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais: Da previsão normativa à efetividade no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014. p. 315-337.

⁴¹ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Locus Standi dos indivíduos Ante o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. In: TRINDADE, Antonio A. Cançado; PEREIRA, Antônio Celso Alves. (Org.) *O direito internacional e o primado da justiça*. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. p.223-254. p. 249.

mostrarem omissas. Dessa forma, o Estado coopera para o acompanhamento da situação dos direitos humanos em seu território e fortalece o Regime Internacional de Direitos Humanos.

1.9- A II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena).

Seguindo o processo de consolidação dos direitos humanos foi realizada em junho de 1993 a II Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena que contou com a participação de 171 Estados. A Conferência tinha como objetivos avaliar o progresso da proteção dos direitos humanos, buscar o aprimoramento de sua implementação e avaliar os mecanismos de proteção. Foram importantes logros da Conferência a constatação da necessidade de maior coordenação entre os mecanismos e órgãos de proteção e da importância de se incorporar os instrumentos internacionais no ordenamento jurídico interno dos Estados, a recomendação à Assembléia Geral do estabelecimento de um Alto-Comissariado de Direitos Humanos, a ratificação da universalidade, enriquecida pela diversidade cultural, e o fortalecimento da relação entre democracia, desenvolvimento e direitos humanos. Além disso, a Conferência de Viena foi responsável por recomendar a implantação do sistema de petições individuais, por meio da implementação de um protocolo adicional ao Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.⁴²

1.10-O Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

O Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi aberto para a assinatura em 2009 e entrou em vigor em fevereiro de 2013, como previsto em sua normativa, quando passados 60 dias da ratificação pelo 10º Estado (Anexo 2).

O Protocolo trouxe inovações, ao especificar três mecanismos de monitoramento dos DESC, a saber: as queixas interestatais, a investigação confidencial e as petições individuais. As queixas interestatais constituem-se de comunicações realizadas por um Estado acerca de violações às obrigações elencadas no Pacto em outro Estado. Elas são realizadas de maneira confidencial e constituem-se em duas fases. Na primeira propõe-se uma solução pacífica à

⁴² TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2 ed. Porto Alegre: S. A. Farbis Editor, 2003.

controvérsia por meio do esgotamento dos recursos internos dos Estados. A segunda fase é iniciada por qualquer uma das partes, caso não se chegue a um consenso até 6 meses após a denúncia. Tenta-se novamente alcançar uma solução amistosa e caso isso não seja possível, o CDESC emitirá um informe com a situação, as exposições das partes e as observações acerca da controvérsia. Tal informe é distribuído a todos os Estados parte e poderá ser publicitado segundo as normas do Protocolo.⁴³

Já a investigação confidencial refere-se à apuração de denúncia realizada por uma fonte fidedigna sobre violações aos direitos econômicos, sociais e culturais em um Estado parte. O Protocolo prevê ainda o seguimento do cumprimento das observações do Comitê ao Estado investigado. Tanto a competência da análise das comunicações estatais, quanto da investigação confidencial tem caráter facultativo, na medida em que deverão ser acordadas e aceitadas expressamente pelos Estados parte.⁴⁴

Por fim, o Protocolo prevê o sistema de petições individuais, no qual os cidadãos dos Estados que o ratificaram podem acionar o CDESC e realizar denúncias de violações aos seus direitos econômicos, sociais e culturais. O sistema de petições individuais entrou em vigor no dia 05 de maio de 2013, 3 meses após a ratificação do 10º Estado. Leão destaca a importância do sistema de petições individuais ao afirmar que: “O acesso direto dos indivíduos a justiça internacional é uma condição essencial para a afirmação da universalidade, indivisibilidade e complementariedade dos direitos humanos.”⁴⁵

O sistema de petições individuais constitui-se do eixo do Protocolo Facultativo ao Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e apresenta-se como um marco histórico na proteção internacional dos direitos humanos. Ao contrário das comunicações estatais e da

⁴³ MARTÍN, Ana Gemma López. El Pacto de derechos económicos, sociales y culturales de 1966, su Protocolo Facultativo de 2008 y los mecanismo de garantía y control de aplicación. In: LINS JÚNIOR., et. al. *Pacto Internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais: Da previsão normativa à efetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014. p. 315-337.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Locus Standi dos indivíduos Ante o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. In: TRINDADE, Antonio A. Cançado; PEREIRA, Antônio Celso Alves. (Org.) *O direito internacional e o primado da justiça*. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. p.223-254. p. 252.

investigação confidencial, o sistema tem caráter obrigatório e a mera ratificação do Protocolo pressupõe a submissão ao sistema de petições individuais.⁴⁶

Piovesan destaca a importância do sistema de petições individuais ao relatar que a sua incorporação ao sistema internacional é um reflexo do reconhecimento de novos atores na ordem internacional. A autora ressalta que “A incorporação da sistemática de petição individual, ademais, é reflexo do processo de reconhecimento de novos atores na ordem internacional, com a conseqüente democratização dos instrumentos internacionais.” e “Essa sistemática cristaliza a capacidade processual do indivíduo no plano internacional.”⁴⁷

Outra inovação prevista no Protocolo são as medidas provisórias de proteção, previstas no Artigo 5 e que constituem-se em disposições emitidas em situações excepcionais nos casos nos quais seja interpretado pelo CDESC que haja perigo eminente de violação dos direitos humanos da vítima.⁴⁸

Trindade relatou o ineditismo do Protocolo, que na época era apenas um projeto, ao afirmar que:

As petições devem ser anônimas e provar-se as alegações de que houve violação dos direitos do Pacto. O Protocolo prescreve litispendência e atribui ao CDESC ordenar medidas provisórias de proteção, além de prever solução amistosa. O Projeto de Protocolo prevê ainda o seguimento das medidas tomadas pelos Estados a partir das recomendações do Comitê.⁴⁹

O Protocolo Facultativo ao PIDESC é de suma importância para a proteção dos DESC na medida em que trouxe a equiparação jurídica dos direitos econômicos, sociais e culturais aos direitos civis e políticos e materializou os princípios da indivisibilidade e da interrelação entre os direitos humanos. Acerca dessa constatação, afirma Martín:

⁴⁶ GONÇALEZ, Cláudia Maria Aragão de Lima Vieira. O pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais (PIDESC) e seu monitoramento. In: LINS JÚNIOR., et. al. *Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais: Da previsão normativa à efetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014. p. 297-314.

⁴⁷ PIOVESAN, Flávia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *Revista Sur-Revista Internacional de Direitos Humanos*. Ano 1. n. 1, jan./jul. 2004. p. 32.

⁴⁸ MARTÍN, Ana Gemma López. El Pacto de derechos económicos, sociales y culturales de 1966, su Protocolo Facultativo de 2008 y los mecanismos de garantía y control de aplicación. In: LINS JÚNIOR., et. al. *Pacto Internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais: Da previsão normativa à efetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014. p. 315-337.

⁴⁹ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2 ed. Porto Alegre: S. A. Farbis Editor, 2003. p. 484.

*Con la entrada en escena del Protocolo Facultativo de 2008 se equiparan los derechos económicos, sociales y culturales con los derechos civiles y políticos; se homologa también al Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales con el resto de órganos de derechos humanos establecidos en tratados internacionales; y se reconoce por primera vez en una norma convencional universal la plena justiciabilidad de los derechos sócio-económicos.*⁵⁰

Em consequência do anteriormente exposto, constata-se a existência de um verdadeiro regime universal de proteção internacional dos direitos humanos.

1.11-Teoria de Regimes.

O conceito de regime internacional foi formulado de forma inédita por Krasner em seu artigo histórico para a revista *International Organization* de 1982. Segundo o autor:

Regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores.⁵¹

Os princípios tratam-se de convicções que embasam o estabelecimento de regras e procedimentos. Já as normas constituem-se em padrões de comportamento fundamentados em direitos e obrigações. As regras determinam especificamente as ações e os procedimentos e constituem-se de práticas recorrentes realizadas em prol da decisão coletiva.⁵²

Keohane define os regimes internacionais como ações tomadas pelos Estados, por meio da criação de regras, procedimentos e instituições, com objetivo de controlar as relações entre os próprios Estados.⁵³ O autor relata que os regimes podem constituir-se de contratos nos quais os Estados reúnem-se em busca de uma estruturação de suas relações com objetivo de obter ganhos mútuos em longo prazo. Os regimes buscam alinhar as expectativas de seus membros em relação a comportamentos futuros e permitir que os Estados parte adaptem as

⁵⁰ MARTÍN, Ana Gemma López. El Pacto de derechos económicos, sociales y culturales de 1966, su Protocolo Facultativo de 2008 y los mecanismo de garantía y control de aplicación. In: LINS JÚNIOR., et. al. *Pacto Internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais: Da previsão normativa à efetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014. p. 315-337. p. 326.

⁵¹ KRASNER, Stephen D. Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: Regimes Como Variáveis Intervenientes. *Sociol. Polít.*, Curitiba, v.20, n.42, p.93-110, jun 2012.

⁵² Ibidem.

⁵³ Keohane, Roberto; NYE, Joseph. *Power and Independence*. 3 ed. Londres: Longman, 2001.

suas práticas frente a novas situações. Ao participarem de regimes, os Estados buscam que os benefícios de sua adesão superem os custos de integrar o regime.⁵⁴

Já para Young os regimes internacionais são instituições sociais desenvolvidas em resposta aos problemas de coordenação entre os atores ou em situações nas quais a busca individual promoveria resultados sociais indesejáveis. Para o autor, são as regularidades no comportamento dos atores e a convergência das expectativas, que reforçam um ao outro, os fatores responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção dos regimes. Dessa forma, os regimes seriam respostas aos problemas de coordenação e resultado dos padrões de comportamento adotados, sendo utilizados ainda como promotores da eficácia e da equidade.⁵⁵

A principal função dos regimes é regulamentar as relações dos Estados, de forma a garantir a cooperação, que em outras situações, é dificultada pela característica anárquica do sistema internacional. Além disso, outra função primordial dos regimes é facilitar o acordo em áreas específicas em situações nas quais negociações em uma estrutura *ad hoc* produziriam resultados menos satisfatórios que os apresentados em negociações no âmbito dos regimes. Os regimes são responsáveis ainda pelo aprimoramento das instituições internacionais e facilitam o acordo ao garantirem uma estrutura legal, com informação acessível aos membros e com redução dos custos de transação.⁵⁶

Os regimes surgem quando a densidade do cenário político é elevada e os assuntos são interdependentes, formando redes complexas. Essas ligações, à medida que crescem em complexidade, aumentam os custos de transação para a conciliação de diversos objetivos e criam a demanda por um aparato de normas, regras, princípios e procedimentos; fazendo surgir assim os Regimes Internacionais. Dessa forma, a demanda por regimes internacionais e a extensão desses regimes é determinada pela densidade de assuntos do

⁵⁴ KEOHANE, Robert O. The demand for international regimes. *International Organization*, Massachusetts, v. 36, n. 2, p.325-355, mar. 1982.

⁵⁵ YOUNG, Oran R. *Regime dynamics: the rise and fall of international regimes. The demand for international regimes. International Organization*, Massachusetts, v. 36, n. 2, p. 277-297. mar. 1982.

⁵⁶ KEOHANE, op. cit.

cenário internacional. Espera-se que aumentos na interdependência gerem um aumento na demanda por regimes.⁵⁷

Segundo Krasner:

Em um mundo altamente complexo, em que as metas são freqüentemente mal definidas e muitas conexões são possíveis, o conhecimento consensual pode facilitar imensamente os acordos para o desenvolvimento dos regimes internacionais.⁵⁸

O surgimento dos regimes e a sua manutenção, ao aprofundar as relações entre os assuntos e a quantidade e a qualidade das informações disponíveis, tende a amenizar as incertezas e a diminuir os riscos para os Estados envolvidos. São mais demandados regimes que forneçam mais informação por meio da normatização de regras e procedimentos, nos quais as normas sejam internalizadas por seus membros, que sejam acompanhados por acordos governamentais abertos e que possuam extensas relações transgovernamentais.⁵⁹

O fator determinante para a permanência e o fortalecimento do regime é o sucesso das instituições a ele associadas em fornecer, de modo extensivo, informações de qualidade para os tomadores de decisão e em garantir a convergência de expectativas. A comunicação, quando fornecida de forma democrática, tende a aumentar a adesão dos membros aos objetivos do grupo.⁶⁰ Os regimes conduzem a acordos mais eficazes ao promoverem uma melhoria na quantidade e na qualidade de informação disponível, ao reduzirem os custos de transação e ao estabelecerem, mesmo que de forma incipiente, responsabilidade legal.⁶¹

Os regimes internacionais não são fixos e sofrem constante processo de transformação, devido a mudanças em sua própria dinâmica interna ou a alterações dos fatores exógenos, como a economia, a política e os fatores sociais.

⁵⁷ KEOHANE, Robert O. *The demand for international regimes*. International Organization 36, 2, 1982: Massachusetts Institute of Technology. p.p. 339-341.

⁵⁸ KRASNER, Stephen D. Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: Regimes Como Variáveis Intervenientes. *Sociol. Polít.*, Curitiba, v.20, n.42, p.93-110, jun 2012. p. 107.

⁵⁹ KEOHANE, op. cit.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ KRASNER, op. cit.

Dessa forma, constituem-se forças de pressão para as mudanças nos regimes, as contradições internas, as mudanças nas estruturas de poder e as forças exógenas ao regime.⁶²

Segundo Krasner:

É a mistura de comportamentos com princípios e normas que distingue as ações estatais governadas por regimes da atividade mais convencional guiada exclusivamente pela estreita avaliação de interesses.” “Assim, mudanças em regras e procedimentos de tomada de decisão são mudanças internas aos regimes, ...⁶³

1.12-O Regime Internacional de Direitos Humanos.

O Regime Internacional de Direitos Humanos surgiu a partir do processo de internacionalização dos direitos humanos no pós-II Guerra Mundial. O fim da guerra resultou em um esforço de reconstrução do paradigma de direitos humanos, como norteador da nova ordem internacional, na criação das Nações Unidas em 1945 e na formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A internacionalização dos direitos humanos deu-se graças à crença de que se existisse um sistema internacional de direitos humanos eficiente, parte das atrocidades da guerra poderiam ter sido evitadas. São conseqüências do processo de internacionalização dos direitos humanos a relativização das soberanias estatais e a aceitação do indivíduo como sujeito de direito no âmbito internacional.⁶⁴ O sistema universal de proteção dos direitos humanos é um regime internacional, na medida em que possui uma estrutura normativa constituída por princípios e normas e uma forma instrumental, regras e procedimentos, que o governam.⁶⁵

O surgimento do Regime Internacional de Direitos Humanos foi responsável pelo advento de regras, normas e procedimentos que guiam as ações dos Estados em relação ao tratamento adequado a ser dado aos seus nacionais, de forma a garantir a dignidade da pessoa humana. Ao participarem do regime, os Estados se comprometem a seguir os procedimentos

⁶²YOUNG, Oran R. Regime dynamics: the rise and fall of international regimes. The demand for international regimes. *International Organization*, Massachusetts, v. 36, n. 2 p. 277-297. mar. 1982.

⁶³KRASNER, Stephen D. Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: Regimes Como Variáveis Intervenientes. *Sociol. Polít.*, Curitiba, v.20, n.42, p.93-110, jun 2012. p. 95.

⁶⁴PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeus, interamericano e africano*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

⁶⁵FONSECA, Flávio Eduardo. *Organizações não governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção dos direitos humanos*. 2002. 343f. Dissertação(Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

acordados e a sofrer as consequências de seu não cumprimento. A afirmação de normas internacionais por meio do RIDH é responsável pela mudança de atitude dos Estados que o integram, principalmente por meio da ação da sociedade civil que funciona como grupo de pressão para a mudança nas leis e políticas domésticas. Esse processo possui maior relevância em países democráticos.⁶⁶

Nesse sentido afirma Fonseca:

Os Estados são soberanos, mas não livres para fazer o que bem entendem. Assim como as normas e os costumes locais (incorporados às Constituições nacionais) impõe limites à atuação do aparelho estatal dentro de suas fronteiras, também os regimes globais restringem, de certa forma, o direito dos Estados: mesmo não havendo uma força coercitiva, a própria comunhão de interesses faz ver que a obediência geral é benéfica para todos.⁶⁷

A consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos deu-se por meio do desenvolvimento dos inúmeros instrumentos de proteção internacional da pessoa humana e pela afirmação do sistema universal de proteção dos direitos humanos. As Nações Unidas possuem um papel fundamental na consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos, na medida em que estabelecem evolutivamente padrões internacionais do tratamento digno à pessoa humana, por meio da elaboração de documentos de *hard* e *soft law* que guiam o comportamento dos Estados.⁶⁸ O fortalecimento do regime encontra-se no robustecimento de suas instituições de forma a garantir informações de qualidade aos tomadores de decisão e de gerar uma convergência de expectativas. As instituições internacionais são responsáveis pelo aumento dos interesses recíprocos entre os Estados e pela maior interação entre estes e entre tais instituições nacionais e outros atores do cenário internacional, como as Organizações Internacionais e os indivíduos, gera maior consistência para as instituições internacionais.⁶⁹

⁶⁶ PETRASEK, David. Novas potências, novas estratégias? Diplomacia em direitos humanos no século XXI. SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v.10, n. 19, p. 7-14, dez. 2013.

⁶⁷ FONSECA, Flávio Eduardo. Organizações não governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção dos direitos humanos. 2002. 343f. Dissertação(Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. p. 26.

⁶⁸ PETRASEK, op. cit.

⁶⁹ LOBO-FERNANDES, Luís. Grócio e a regra de interesse: liberalismo complexo e reconstrução da teoria das relações internacionais –um apontamento. *Relações Internacionais* Lisboa, n.36, p. 61-72, dez. 2012.

Os regimes internacionais estão em constante evolução e as transformações podem ser determinadas por fatores endógenos e exógenos. Mudanças nas dinâmicas dos regimes são responsáveis por alterações em sua conformação. Uma alteração interessante a ser destacada no Regime Internacional de Direitos Humanos é o advento do sistema de petições individuais no âmbito do sistema universal, por meio dos protocolos adicionais aos Pactos de Direitos Humanos.

O principal papel do indivíduo na consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos é o de realizar pressão para o cumprimento das normas ratificadas nos tratados. Tal papel é auxiliar aos das Organizações Internacionais e ao dos próprios Estados na garantia dos direitos humanos.⁷⁰ Dessa forma, o Capítulo 2 tratará da importância da sociedade civil organizada na promoção e garantia dos direitos humanos dentro do sistema das Nações Unidas.

⁷⁰ FONSECA, Flávio Eduardo. *Organizações não governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção dos direitos humanos*. 2002. 343f. Dissertação(Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

2- PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

A sociedade civil organizada tem tido um papel fundamental na história e na atuação das Nações Unidas. Seu trabalho de *advocacy*, ou seja, a utilização do *soft power* para exercer influência nas decisões dos diversos órgãos que compõe a ONU tem sido parte recorrente de suas ações e influenciado diretamente nas deliberações dos Comitês. Dessa forma, no capítulo seguinte será analisada a importância do trabalho de *advocacy* das ONGs dentro do Sistema ONU de modo a constatar a sua influência na consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos.

2.1-O Mundo do pós-Segunda Guerra Mundial e o surgimento de novas agendas.

A sociedade contemporânea caracteriza-se pelo surgimento de agendas complementares à questão de segurança e pelo advento de atores não estatais que buscam influenciar as decisões políticas por meio de *lobby* ou *advocacy*.

O *lobby* constitui-se de tentativa de influenciar as decisões políticas de modo direto (*lobby* direto) ou de forma indireta (*grassroots lobbying*). O *lobby* direto envolve a comunicação do ponto de vista em relação a uma questão diretamente ao legislador ou membro do governo. Já o *grassroots lobbying* refere-se ao *lobby* junto à opinião pública para que a sociedade pressione a atividade legisladora. Por fim, o processo de *advocacy*, envolve uma atividade mais ampla, segundo a qual o objetivo principal é mudar a opinião pública e alcançar o seu apoio.⁷¹

A globalização, a interdependência e a transnacionalização dos problemas internacionais enfraqueceram a capacidade do Estado de responder as questões atuais e abriram espaço para o surgimento e o protagonismo de atores não estatais como as ONGs. O cenário pós Segunda Guerra tem como particularidades a pluralidade de problemas, atores e agendas, e um protagonismo importante das ONGs como auxiliares na formulação de leis,

⁷¹TACSO. Technical Assistance for Civil Society. *Advocacy/Lobbying*. Disponível em: <[http://: www.tacso.gov.br](http://www.tacso.gov.br)> Acesso em: 11 de dez. de 2015.

como legítimas para denunciar o seu incumprimento e como passivas de responsabilidade em caso de descumprimento próprio.⁷²

A globalização trouxe para a sociedade internacional fatores como a porosidade das fronteiras, a expansão tecnológica, a difusão veloz de informação, a redução dos custos de transporte e a propagação da democracia, fatores que levaram a um *boom* na criação e nas atividades das Organizações Não-Governamentais. Segundo Fonseca: “A ascensão da sociedade civil transnacional e a crescente importância dos atores não-estatais pode estar vinculada ao fenômeno da globalização.”⁷³

Apesar da inexistência de um ator supranacional com monopólio legítimo do uso da força, a sociedade internacional não experimenta um estado de natureza hobbesiano e a cooperação, apesar de complicada, é possível, além de constituir uma alternativa menos onerosa do que o uso da força. Os Estados, apesar de serem os principais atores das relações internacionais, dividem o espaço da política internacional com outros atores.⁷⁴

As Organizações Não-Governamentais são os principais atores da sociedade civil transnacional e possuem como principal iniciativa propor assuntos para a agenda internacional, influenciar os Estados na formulação de normas nacionais e internacionais e contribuir para o cumprimento dos direitos acordados nos tratados.

As ONGs são elos centrais da sociedade civil transnacional. Como organizações políticas, elas procuram modificar e influenciar os processos políticos internacionais. Descartando o princípio de nacionalidade, ONGs formam ligações sociais que conectam diferentes sociedades nacionais entre si em um nível individual. ONGs introduzem assuntos de interesse mundial na agenda e, fazendo isso, elas intensificam o intercâmbio de ciência, idéias e cultura, e contribuem para a formação de normas e valores internacionais. A cooperação mais visível entre atores sociais e atores governamentais no âmbito da sociedade civil transnacional são as interligações entre ONGs e organizações intergovernamentais (OIGs). ONGs fazem *lobby* junto aos Estados dentro da estrutura das organizações internacionais para avançar a institucionalização de padrões internacionais, por exemplo nos campos de direitos humanos e meio ambiente.⁷⁵

⁷² LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. A sociedade civil na atualidade das Relações Internacionais. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, Fortaleza, v.14, n.14, p.329-336, jan./dez. 2014.

⁷³ FONSECA, Flávio Eduardo. *Organizações não governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção dos direitos humanos*. 2002. 343f. Dissertação(Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. p.59.

⁷⁴ NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Editora Gente, 2009.

⁷⁵ FONSECA. *op. cit.* p.62.

Na atual sociedade internacional o indivíduo torna-se não apenas sujeito do Direito Internacional Público, como também um ator capaz de transformar a comunidade internacional. A sociedade civil organizada assume a partir do século XX um papel imprescindível na condução da agenda internacional.⁷⁶

As ONGs não possuem força coercitiva suficiente para modificar o comportamento dos Estados ou de empresas, dessa forma, elas utilizam-se da formação de estruturas, como a promoção de novas normas para sugerir percepções alternativas que convirjam com os seus interesses. Esse processo de proposição de agendas tem sido realizado por redes transacionais que têm obtido êxito em influenciar o cálculo dos Estados e em promover o respeito aos direitos humanos.⁷⁷

2.2- As ONGs e o Sistema das Nações Unidas.

O agrupamento de indivíduos em uma sociedade civil organizada é um ator chave das Relações Internacionais contemporâneas. Os atuais problemas enfrentados pela sociedade internacional exigem a atuação integrada dos Estados com a sociedade civil baseada na solidariedade e na cooperação. O protagonismo da sociedade civil tem sido crescente graças aos processos de globalização, interdependência e transnacionalização e cabe a ela relembrar aos Estados e às Organizações Internacionais da existência dos Direitos Humanos. Apenas uma ação integrada entre Estados, Organizações Internacionais e sociedade civil será capaz de promover a dignidade humana e garantir a segurança internacional⁷⁸

A grande diversidade de instituições com caráter, atividades e objetivos diferentes torna a tarefa de englobar a complexidade do universo das Organizações Não-Governamentais (ONGs) em um conceito, extremamente difícil. Segundo Caresia, as Organizações Não Governamentais Internacionais são: “pessoas jurídicas de direito privado, que desenvolvem

⁷⁶ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. Human Rights as na Essential Element of Contemporary International Community. *Revista IIDH*, San Jose, v.55, p.103-120, jan./jul. 2012.

⁷⁷ MANTILLA, Giovanni. Emerging International Human Rights Norms for Transnational Corporations. *Global Governance*, Boulder, v.15, p.270-298, abr./jun. 2009.

⁷⁸ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. El rol de La sociedad civil organizada para El fortalecimiento de La protección de los derechos humanos em El siglo XXI: un enfoque especial sobre los DESC. *Revista IIDH*, San Jose, v. 51, p.249-271. jan./jul. 2010.

atividades fora do seu Estado, criada por iniciativa de pessoas privadas de uma ou mais nacionalidades destinadas a uma atividade internacional não lucrativa...”⁷⁹

Já para Salamon e Aheier as ONGs são: “organizações privadas, sem fins lucrativos, que promovem assistência ou serviços para outros e não apenas para seus membros, e que, apesar de o fazerem, não são Estados.”⁸⁰

Podem ser citadas como características comuns a maioria das ONGs o fato de serem voluntárias, independentes, possuírem elementos formais ou institucionais, de não distribuírem lucro a seus membros e de objetivarem a garantia de bens públicos. As ONGs podem dedicar-se ao fornecimento de serviços ou à pressão política e formação da opinião pública (advocacy).⁸¹ Elas podem atuar diretamente na execução das políticas públicas, assim como na formação da agenda política em conformidade ou confrontando o Estado.⁸² Além disso, as ONGs contribuem para a emergência e o debate de temas de interesse global. “O fortalecimento das ONGs contribui para estabelecer novos contornos e procedimentos no debate multilateral em temas de interesse global que transcendem a competência individual dos Estados.”⁸³

As ONGs sempre tiveram uma participação dentro do Sistema ONU e possuem um status consultivo dentro do âmbito do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) desde 1946. O primeiro documento a regular a participação das ONGs dentro do sistema ONU foi a Resolução 288 B(X) de 1950, seguida pela Resolução 1296 (XLIV) de 1968 e finalmente, pela Resolução 1996/31 de 1996 que define os critérios para o

⁷⁹ CARESIA, Gislaine. ONGs internacionais personalidade jurídica, autorização para funcionamento no Brasil e atuação no sistema das Nações Unidas. In: *XVI Encontro Preparatório do CONPEDI/FDC, 2007. Anais de Campos dos Goytacazes: Conselho Nacional de de Pesquisa e Pós Graduação em Direito*, 2007. p.1.

⁸⁰ SALAMON. AHEIER, 1994 apud FONSECA, Flávio Eduardo. *Organizações não governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção dos direitos humanos*. 2002. 343f. Dissertação(Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. p.55.

⁸¹ FONSECA, Flávio Eduardo. *Organizações não governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção dos direitos humanos*. 2002. 343f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

⁸² Ibidem.

⁸³ TAVARES, Ricardo Neiva Tavares. *As organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1999. p. 29.

estabelecimento das relações consultivas e divide o status das ONGs em 3 categorias: status consultivo geral, status consultivo especial e inclusão na lista de *Rosters*.⁸⁴

O estabelecimento de uma relação formal entre as ONGs e os diversos órgãos e agências das Nações Unidas é realizado com base no Artigo 71 da Carta de São Francisco e na Resolução 1996/31 do ECOSOC e os pedidos devem ser enviados para o Comitê de Organizações Não-Governamentais do ECOSOC que os analisa e realiza o credenciamento da ONG posicionando-a em uma das três categorias. Ao garantirem o *status* consultivo as ONGs estão autorizadas a atuar como especialistas técnicos e a auxiliar o governo dos países membros ou o trabalho do Secretariado. Às Organizações Não-Governamentais é assegurada a participação nas reuniões do ECOSOC e de seus órgãos subsidiários, a realização de relatórios e intervenções orais, além de sugestões de itens para a consideração do ECOSOC, no caso das ONGs enquadradas na categoria de *status* consultivo geral.⁸⁵

O *status* de consultores permitiu às ONGs internacionais de direitos humanos observar o funcionamento da ONU, a distribuir relatórios, a submeter pronunciamentos escritos sobre temas da agenda da ONU, realizar pronunciamentos orais ou intervenções, receber documento da ONU, usar as suas bibliotecas, e tornar-se envolvido com o trabalho nos instrumentos legais internacionais.⁸⁶ (Tradução nossa)

O sistema de participação das ONGs no âmbito das Nações Unidas possui como objetivo a obtenção de informações fidedignas, pelo ECOSOC e por seus órgãos subsidiários, sobre assuntos nos quais as ONGs são especialistas, além de permitir a expressão dos pontos de vista da sociedade civil organizada. Além disso, as ONGs são utilizadas pela ONU para divulgar o seu trabalho e para executar seus programas e ações.⁸⁷ É importante destacar que a maioria dos órgãos de monitoramento dos tratados utiliza informações provenientes de Organizações Não-Governamentais e que os Relatores Especiais também o fazem. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, por exemplo, reserva às ONGs um dia especial dentro de seu cronograma de reuniões.

⁸⁴ FONSECA, op. cit. .

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ CLARCK, Anne Marie. *Amnesty International and Changing Human Rights Norms*. New Jersey: Princeton University Press, 2001. p.124.

⁸⁷ TAVARES, Ricardo Neiva Tavares. *As organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1999.

As organizações não-governamentais têm participado da dinâmica do sistema internacional, contribuindo com informações e idéias, advogando por mudanças positivas, fornecendo capacidade operacional em emergências ou esforços por desenvolvimentos e, geralmente, aumentam a legitimidade do processo de governança global.⁸⁸

As Organizações Não-Governamentais possuíram um papel essencial no processo de internacionalização dos direitos humanos, em sua propagação e na legitimação da matéria no âmbito da comunidade internacional. Tal atribuição decorre de sua conduta de denúncia frente às violações e do fornecimento de informações precisas e atualizadas do status da preservação dos direitos humanos em diversos Estados. As ONGs trazem a discussão dos direitos humanos do campo diplomático para uma realidade mais pragmática que exige dos Estados ações concretas para a garantia de sua proteção. O desenvolvimento das ONGs ao longo da história pode ser caracterizado por duas fases, a primeira na qual surgiram as ONGs internacionais como a Anistia Internacional e a Comissão Internacional de Juristas e a segunda em que se desenvolveram as ONGs nacionais.⁸⁹

Com objetivo de influenciar a decisão de governos e garantir a defesa dos direitos humanos, as ONGs utilizam-se de técnicas como o monitoramento dos direitos humanos e denúncia de suas violações, a divulgação de informações a outros membros da sociedade civil transnacional e o envio de relatórios aos Estados, Organizações Internacionais e órgãos das Nações Unidas. Ao realizarem tais funções as Organizações Não-Governamentais representam um ator fundamental no fortalecimento do Regime Internacional de Direitos Humanos e na garantia de sua proteção.⁹⁰

Finalmente, uma possível comprovação da importância da atuação das ONGs pode estar na oposição constante e na crítica adotados pelos Estados frente ao seu pronunciamento, o que pode indicar certa atenção dos Estados às suas informações e o receio do constrangimento frente à comunidade internacional.⁹¹

⁸⁸ FONSECA, op. cit., p.115.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ FORSYTHE, David P. *Human Rights in International Relations*. 3 ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012.

2.3. O poder por influência (Soft Power) e o processo de advocacy das ONGs de direitos humanos.

Soft Power, ou poder brando, foi um conceito cunhado por Joseph Nye para descrever o poder por influência. O poder brando envolve a atração positiva e sua constituição depende das características do agente e da percepção do alvo. O sucesso da utilização do *soft power* decorre da capacidade do agente em promover a atração positiva e da geração de credibilidade e confiança. São componentes do *soft power* o poder de composição, o de persuasão e o de atração. Por meio da composição, atração e persuasão os agentes convertem os recursos disponíveis (cultura, valores, políticas legítimas, economia pungente e forças armadas bem equipadas) em comportamentos de poder. São destacadas três qualidades essenciais à atração e que devem ser despertadas na percepção do alvo: a benignidade, a competência e o carisma. O sucesso da utilização do *soft power* por parte de um Estado depende da comunicação legítima ao alvo, da persuasão da mudança de atitude e da garantia de que a mudança gere os resultados políticos esperados.⁹²

Pode-se fazer a correlação entre tais condições com os meios com os quais as ONGs pressionam os Estados para provocar mudanças em sua conduta frente ao cumprimento dos direitos humanos, já que estas se utilizam de estratégias semelhantes para construir e fortalecer o seu poder brando. As ONGs utilizam-se do poder de persuasão para promover alterações nas agendas internacionais de modo a alterar os padrões internacionais para que converjam com os seus interesses. O ajuste de uma agenda está estritamente relacionado à persuasão, que por sua vez depende do poder de atração.

A revolução da informação trouxe uma redução nos custos de comunicação e uma maior porosidade das fronteiras dos Estados. Como resultado do processo de globalização, as organizações da sociedade civil puderam atravessar fronteiras e utilizar o *soft power* a seu favor. À medida que as interdependências se aprofundam, a credibilidade passa a ser um recurso estratégico e fonte de *soft power*. As ONGs internacionais de alta credibilidade possuem uma grande capacidade de transpassar as barreiras dos Estados e de atrair a atenção da mídia.⁹³

⁹² NYE JR., Joseph S. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

⁹³ Idem. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Editora Gente, 2009.

As ONGs constituem-se não apenas em agrupamentos da sociedade civil que militam por temas específicos, mas consistem em um importante ator das Relações Internacionais. O poder, diferentemente do que pensavam os realistas, não é estático e sim, dinâmico. Ele envolve não apenas a coerção, como também a habilidade de influenciar o comportamento do outro, pela atração, de forma a pressioná-lo a fazer algo que normalmente não faria.⁹⁴ As ONGs influenciam na formulação de normas e políticas internacionais ao pressionar diretamente os políticos e empresas com objetivo de mudar a condução de suas políticas. Além disso, são grupo de pressão frente à sociedade e provocam mudanças na percepção sobre o que está sendo feito pelo governo, empresas e organizações internacionais.⁹⁵

As Organizações Não Governamentais afetam a opinião pública e criam um ambiente capacitador ou incapacitante para a aplicação das políticas de governo. Elas utilizam-se de campanhas para influenciar governos, empresas e organizações intergovernamentais; o que gera uma coalizão mista de atores que se valem da diplomacia pública para atingir os seus objetivos.⁹⁶

As principais formas de atuação das ONGs que militam em prol da garantia dos direitos humanos envolvem o levantamento da questão ao plano internacional, a cooperação com grupos governamentais e não governamentais nas áreas da medicina, direito processual e *law enforcement*, a assistência às vítimas de violação dos direitos humanos, o aporte na formulação de normas e a representação junto aos fóruns internacionais de direitos humanos.

Em relação ao levantamento da questão ao cenário internacional, as ONGs possuem um papel primordial na decisão do que será tratado como questão de direitos humanos. Elas criam um ambiente internacional favorável à sua promoção e promovem uma alteração do conceito tradicional de soberania. Segundo Forsythe “... *if human rights NGOs had not existed during the past thirty-five years, human rights would have a much less salient position*

⁹⁴Keohane, Roberto. NYE, Joseph. *Power and Independence*. 3 ed. Londres: Longman, 2001.

⁹⁵NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Editora Gente, 2009.

⁹⁶Idem. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

in international relations.”⁹⁷ Além disso, as organizações com maior tradição buscam uma educação em direitos humanos que aumente a consciência da sociedade e dos tomadores de decisão que resultará em um ambiente mais propício ao seu processo de *advocacy*.⁹⁸

Já em suas atividades de apoio às vítimas de violação, as ONGs de direitos humanos são responsáveis pela mobilização de indivíduos em vários países em prol das vítimas e pela realização de *lobby* jurídico e participação nos julgamentos nas cortes.

As Organizações Não Governamentais de direitos humanos atuam ainda diretamente na formulação de normas e no estabelecimento de procedimentos que garantirão a responsabilidade dos Estados frente às violações e promoverão a garantia dos direitos humanos. As normas são essenciais ao estabelecimento dos interesses dos Estados e o sucesso do processo de *advocacy* de uma ONG internacional está diretamente ligado a sua capacidade de transformar os princípios que norteiam as suas atividades em normas que guiarão as ações dos Estados. Uma organização possuirá maiores chances de influenciar o processo de construção de uma norma se tiver um caráter independente, expertise no assunto a ser tratado, informações que os Estados não possuem por conta própria e consistência de suas ações com princípios globalmente aceitos. “*For new norms of international practice to emerge, changes must occur in collective definitions of acceptable state behavior.*”⁹⁹

As ONGs utilizam-se da publicidade das informações como meio de persuadir os tomadores de decisão para aplicar os parâmetros de direitos humanos vigentes ou para alterá-los. Elas realizam pressão por meio de *advocacy* de forma a garantir que os seus objetivos sejam transformados em políticas em prol da garantia dos direitos humanos.¹⁰⁰

No caso da formulação de normas, as ONGs de direitos humanos participam do processo de negociação da legislação e influenciam o seu conteúdo final.¹⁰¹ As organizações não governamentais podem atuar nos quatro estágios de formação de uma norma: o de

⁹⁷ FORSYTHE, David P. *Human Rights in International Relations*. 3 ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012. p. 260.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ CLARCK, Anne Marie. *Amnesty International and Changing Human Rights Norms*. New Jersey: Princeton University Press, 2001. p.136.

¹⁰⁰ FORSYTHE, David P. *Human Rights in International Relations*. 3 ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012.

¹⁰¹ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. A sociedade civil na atualidade das Relações Internacionais. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, Fortaleza, v.14, n.14, p.329-336, jan./dez. 2104.

investigação (*fact finding*), o de construção de um consenso (*consensus building*), o de construção da norma propriamente dita (*norm construction*) e o de sua aplicação (*norm application*). No período de investigação as ONGs levantam os fatos e emitem relatórios com objetivo de moldar a opinião pública. Elas geralmente verificam a veracidade dos fatos e decidem quando será mais pertinente publicá-los. Já na fase de construção de um consenso, as ONGs coordenam e compartilham informações e expertise com a população e com as elites de forma a facilitar o consenso em relação ao assunto tratado e a construir uma base de ação conjunta. No estágio de construção da norma, as organizações não governamentais realizam propostas de norma a serem implementadas de forma a gerar padrões de comportamento compartilhados que deverão servir de guias legais. Por último, na fase de aplicação da norma, as ONGs invocam os padrões gerados por meio de participação como testemunhas em discussões oficiais, caso a norma seja bem institucionalizada.¹⁰²

As Organizações Não Governamentais tem tido um papel muito importante na construção de normativas de direitos humanos.

*I have identified a process of principled norm emergence that has been enhanced, and often engendered, by nonstate actors. Nonstate actors have strongly influenced the construction of the rules of international politics in the human rights area, where rules based on principles often conflict with the material and Power interests of states.*¹⁰³

Por fim, em relação à representação junto aos fóruns internacionais de direitos humanos, as ONGs utilizam-se do processo de *advocacy* para expor as suas opiniões acerca dos temas tratados nas reuniões das agências e órgãos de direitos humanos das Organizações Internacionais, além de serem responsáveis pelo monitoramento do *status* dos direitos humanos no território do Estado, ao levarem dados que se diferenciam dos das delegações oficiais, e pela denúncia de violações por parte dos Estados.¹⁰⁴

As ONGs utilizam-se de forma contundente da informação como recurso de poder para aumentar o seu *soft power* e influenciar diretamente e indiretamente as ações dos Estados

¹⁰² CLARCK, Anne Marie. *Amnesty International and Changing Human Rights Norms*. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

¹⁰³ Ibidem. p.126.

¹⁰⁴ FORSYTHE, David P. *Human Rights in International Relations*. 3 ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012.

em relação ao cumprimento dos direitos humanos acordados nos tratados.¹⁰⁵ São esses grupos de *advocacy* grandes auxiliares na implementação de padrões de direitos humanos. “*In some situations it is relatively clear that human rights NGOs, or a coalition of them and their allies, have had direct impact on what might be termed a human rights decision.*”¹⁰⁶

Todas essas atividades realizadas pelas Organizações Não Governamentais possuem como consequência direta e indireta o fortalecimento e a consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos.

2.4-Atuação das ONGs nas Nações Unidas

As Organizações Não-Governamentais possuem um papel de extrema relevância na história da criação e desenvolvimento das Nações Unidas. Vários exemplos podem ser citados nos quais a atuação das ONGs de direitos humanos foram responsáveis por um protagonismo essencial à progressão do estabelecimento dos direitos humanos e de sua garantia. Já nas reuniões de preparação para o estabelecimento das Nações Unidas, as ONGs participaram ativamente demonstrando os seus interesses e propondo temáticas a serem abordadas pela instituição.

Na reunião de Dumbarton Oaks as ONGs tiveram um papel essencial no reconhecimento de seu papel dentro do sistema ONU e no estabelecimento da Comissão de Direitos Humanos e de sua subordinação ao ECOSOC. A subordinação da Comissão ao ECOSOC foi claramente um resultado da entrega de um documento assinado por várias organizações não governamentais à Secretaria de Estado dos EUA que a partir do documento, reviu a sua posição e propôs uma emenda ao Artigo 68 da Carta de São Francisco, passando a ligar a Comissão ao ECOSOC. Na época da reunião, o governo dos EUA utilizou-se das atividades de 50 ONGs estadunidenses para moldar a opinião pública a favor da participação do país nas Nações Unidas. Temendo uma rejeição popular, como a que havia acontecido na formação da Liga das Nações, o governo dos EUA apoiou o trabalho das ONGs que realizaram uma campanha nacional nos meios de comunicação e nas igrejas e sinagogas. O

¹⁰⁵ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. A sociedade civil na atualidade das Relações Internacionais. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, Fortaleza, v.14, n.14, p.329-336, jan./dez. 2104.

¹⁰⁶ FORSYTHE, David P. *Human Rights in International Relations*. 3 ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012. p. 258.

sucesso da campanha resultou na participação de 42 ONGs na delegação estadunidense à Conferência de São Francisco. A Conferência contou com uma participação total de 197 ONGs e a “Carta atendeu as preocupações das ONGs presentes em São Francisco e forneceu bases para o relacionamento das ONGs com as Nações Unidas.”¹⁰⁷

A importância dada aos direitos humanos dentro da Carta de São Francisco pode ser diretamente atribuída à reivindicação das ONGs que participaram da Conferência. A Carta inicialmente tratava muito pouco do tema e ao final, acabou por atribuir sete artigos a áreas de direitos humanos. Além do papel decisivo na inclusão de forma mais abrangente dos direitos humanos na Carta de São Francisco, as Organizações Não Governamentais tiveram uma função importante na formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e na constituição dos Pactos de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.¹⁰⁸

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigos como o 16 e o 18 foram resultado do trabalho de *advocacy* das ONGs junto às delegações dos Estados.¹⁰⁹ O trabalho das ONGs também foi importante em Conferências, como a de Teerã, que contou com a participação de 42 Organizações Não-Governamentais e a de Viena, que contou com a presença de 841 ONGs. As Conferências apresentaram-se como oportunidade para as ONGs se relacionarem e aumentarem a sua conexão em rede, além de favorecerem o aumento da consciência em relação aos direitos humanos.¹¹⁰

Outros exemplos da importância das organizações da sociedade civil no âmbito do Sistema ONU são a participação nos mecanismos temáticos criados dentro da Comissão de Direitos Humanos. Os mecanismos temáticos são procedimentos especiais desenvolvidos para tratar de situações temáticas de direitos humanos. Eles são constituídos por relatores especiais ou por grupos de trabalho que tem a função de monitorar, aconselhar e informar sobre temas

¹⁰⁷ TAVARES, Ricardo Neiva. *As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1999. p. 45.

¹⁰⁸ FONSECA, Flávio Eduardo. *Organizações não governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção dos direitos humanos*. 344 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

¹⁰⁹ TAVARES. op. cit.

¹¹⁰ FORSYTHE, David P. *Human Rights in International Relations*. 3 ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012.

principais e violações de direitos humanos em todo o mundo.¹¹¹ Os relatores especiais freqüentemente utilizam-se das informações fornecidas pelas ONGs e enviam cartas aos governos dos países denunciados, de forma a apurar as denúncias recebidas.¹¹²

São célebres os casos de influência das ONGs na conformação do Regime Internacional de Direitos Humanos, por meio do fortalecimento do Sistema das Nações Unidas, a constituição do Comitê contra a Tortura e do Alto Comissariado para os Direitos Humanos. No caso do Comitê contra a Tortura, as ONGs foram essenciais na formação do Grupo de Trabalho contra as Desaparições Forçadas e na avaliação da situação das pessoas detidas ou aprisionadas, cujo resultado foram os 5 instrumentos: a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas à Tortura e a Outras Formas de Tratamento ou Punição Cruel, Inumana ou Degradante (1975), o Código de Conduta de Autoridades Responsáveis pelo Cumprimento da Lei (1979), os Princípios de Ética Médica Relevantes para o Papel do Pessoal de Saúde na Proteção de Detidos contra a Tortura e outras Formas de Tratamento ou Punição Cruel, Inumana ou Degradante (1982), a Convenção contra a Tortura e Outras Formas de Tratamento Cruel, Inumano ou Degradante (1984) e os Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas sob Qualquer Forma de Detenção ou Aprisionamento (1988). A Comissão contra a Tortura resultou dos trabalhos das ONGs em caracterizá-la como crime e da reivindicação da necessidade de adoção de medidas legais para evitá-la.¹¹³

Já em relação à criação do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, as Organizações Não Governamentais foram responsáveis pela proposta de criação durante a Conferência de Viena em 1993. A proposta já tinha sido realizada desde os anos 40 em vários fóruns das Nações Unidas, como na Assembléia Geral, no ECOSOC e na CDH, sem sucesso. Apenas em 1993, com o apoio das ONGs, o Alto Comissariado foi criado. O Alto Comissariado para os Direitos Humanos era visto como um órgão a ser concebido para funcionar de forma independente, assegurando a coordenação dos programas de direitos humanos no âmbito das Nações Unidas.¹¹⁴

¹¹¹ ACNUDH. *Folhetos e fichas informativas*. Genebra, 2011. Disponível em: < <http://acnudh.org/pt-br/2011/05/mecanismos-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas/>>. Acesso em: 04 out. 2015.

¹¹² TAVARES, op. cit.

¹¹³ Ibidem..

¹¹⁴ Ibidem.

Durante a trajetória das Nações Unidas as ONGs têm colaborado de forma sistemática com as suas atividades, seja monitorando os Estados frente às violações de direitos humanos e ao cumprimento do acordado nos tratados, seja promovendo assessoria técnica aos órgãos do sistema ONU e influenciando processos decisórios de forma a promover agendas e construir um consenso entre os atores. “Numa era de crescente interdependência, as organizações não governamentais têm atuado, cada vez mais, em um ambiente político transnacional e procurado influenciar as grandes decisões da agenda.”¹¹⁵

A influência só é possível porque os atores nas redes estão simultaneamente ajudando a definir os assuntos da área, convencendo as audiências alvo que os problemas definidos são solucionáveis, prescrevendo soluções e monitorando a implementação.¹¹⁶

As Organizações Não Governamentais são atores relevantes no cenário internacional e influenciam direta e indiretamente nas políticas adotadas pelos Estados no campo dos direitos humanos. Elas utilizam-se de meios de pressão (*advocacy*) para divulgar informações veladas pelos Estados e para propor agendas de seu interesse. Além de mobilizarem a opinião pública e pressionarem os Estados a agir segundo os padrões internacionais estabelecidos. “*By advocating changing international human rights norms, NGOs have helped to mold expectations of international behavior and to demand that states conform.*”¹¹⁷

Frente às constatações da importância das Organizações Não Governamentais na consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos, será realizado um estudo de caso acerca da influência da Comissão Internacional de Juristas no trabalho da 55ª Sessão do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas.

¹¹⁵ FONSECA, Flávio Eduardo. *Organizações não governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção dos direitos humanos*. 344 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. p. 142.

¹¹⁶ KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activist beyond borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca: Cornell University Press. 1998.

¹¹⁷ CLARCK, Anne Marie. *Amnesty International and Changing Human Rights Norms*. New Jersey: Princeton University Press, 2001. p. 141.

3- ESTUDO DE CASO SOBRE A ATUAÇÃO DA COMISSÃO INTERNACIONAL DE JURISTAS NA 55ª SESSÃO DO COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DAS NAÇÕES UNIDAS

A Comissão Internacional de Juristas (CIJ) é uma das ONGs mais antigas que militam em prol dos direitos humanos, possui *status* consultivo junto ao ECOSOC e participa das reuniões de vários órgãos das Nações Unidas buscando influenciar suas decisões e deliberações. No Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) a CIJ tem se apresentado como um ator importante na denúncia de violações, na proposição de recomendações aos Estados parte e no auxílio da elaboração dos Comentários Gerais. Dessa forma, realizar-se-á um estudo de caso sobre a atuação da CIJ na 55ª Sessão do CDESC das Nações Unidas. Serão analisadas três situações nas quais a ONG exerceu influência nas deliberações do Comitê e contribuiu para o fortalecimento do Regime Internacional de Direitos Humanos. Primeiro será explicitada a história e o processo de *adocacy* da organização e em seguida serão analisados três casos nas quais a CIJ teve participação ativa nos trabalhos do CDESC: em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na Irlanda, sobre os direitos ao trabalho, a saúde e a educação das pessoas LGBTI em Uganda e sobre o *status* da garantia dos DESC, principalmente para as mulheres, e o acesso a justiça na Tailândia.

3.1- A Comissão Internacional de Juristas (CIJ)

A Comissão Internacional de Juristas (CIJ) é uma Organização Não Governamental fundada em 1952 como resultado dos trabalhos de um grupo de juristas (Comitê Investigativo de Juristas Livres) que no Congresso Internacional de Juristas, realizado em Berlim Ocidental, investigou violações de direitos humanos na Alemanha Oriental. A partir do Congresso de 1952, foi montado um Comitê Permanente do Congresso, que em 1953, expandiu as suas investigações para outros países e fundou a Comissão Internacional de Juristas em seus moldes atuais.¹¹⁸

A CIJ é constituída por 60 juristas com expertise em Direito Internacional dos Direitos Humanos que são escolhidos considerando os critérios de representação geográfica e de sistemas jurídicos. Entre os seus objetivos encontram-se o fortalecimento dos sistemas

¹¹⁸ ICJ. *History*. Genebra, 2015. Disponível em: <<http://www.icj.org/history/>>. Acesso em: 10 out. 2015. 16:00.

jurídicos nacionais e internacional, a implementação progressiva e efetiva dos direitos humanos e humanitário, a garantia dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e a salvaguarda da separação dos poderes e da atuação de um judiciário independente. A Comissão visa à implementação do Estado de Direito nos países por meio da separação dos poderes, do desenvolvimento de instituições e do respeito aos direitos humanos. Ela oferece assistência técnica a advogados, juízes e promotores de modo a promover uma atuação independente e imparcial.¹¹⁹

A Comissão Internacional de Juristas é umas das ONGs mais tradicionais de direitos humanos, cuja atuação remete ao processo de *advocacy* para a criação do Alto Comissariado para os Direitos Humanos e da Corte Internacional de Justiça, além da criação da Convenção das Nações Unidas contra as desapareições forçadas, a proposição dos princípios de Limburg e das diretrizes de Maastricht sobre as Obrigações Extra-Territoriais na Área de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a elaboração do PIDESC.¹²⁰ Os princípios de Limburg consistem em diretrizes para os Estados prepararem os relatórios a serem avaliados pelo CDESC e para cumprirem suas obrigações frente aos direitos econômicos e sociais. Eles foram resultado de uma reunião realizada pela Comissão Internacional de Juristas, com apoio do governo norueguês em 1986, para esclarecer questões relativas ao cumprimento das obrigações pelos Estados que ratificaram o Pacto. Haviam se passado 10 anos da ratificação do PIDESC e o ECOSOC constituiu um comitê para examinar os relatórios dos Estados parte. Dessa forma, o trabalho da CIJ foi essencial à composição dos princípios que nortearam os relatórios a serem apreciados pelo CDESC. A CIJ também teve um papel importante na I Conferência de Direitos Humanos realizada em Teerã em 1968. As ONGs não foram autorizadas a realizarem discursos na ocasião, entretanto a Comissão redigiu recomendações para a Conferência que destacavam a importância da proteção de vítimas nos conflitos armados e a intenção de criar-se um Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. As recomendações foram resultado de duas conferências realizadas pela CIJ; a do subcomitê *ah hoc* da Conferência de Organizações Não Governamentais com Status

¹¹⁹ ICJ. *About*. Genebra, 2015. Disponível em: < <http://www.icj.org/about/>>. Acesso em: 10 out. 2015. 16:15.

¹²⁰ ICJ. *About*. Genebra, 2015. Disponível em: < <http://www.icj.org/about/>>. Acesso em: 10 out. 2015. 16:15.

consultivo nas Nações Unidas realizada em 1965 e a de 1968 em Montreal que reuniu 76 ONGs e 50 especialistas.¹²¹

Já em relação ao Protocolo Facultativo ao Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e culturais, a Comissão possuiu um papel de extrema relevância em sua formulação e participa de uma coalizão com outras ONGs internacionais para incentivar a ratificação pelos Estados. A discussão sobre um Protocolo Facultativo ao PIDESC remete a 1990, quando o CDESC iniciou os trabalhos para debater a elaboração de um *draft* do Protocolo. Em seguida, a II Conferência Internacional de Direitos Humanos em seu documento oficial (Declaração de Viena e Programa de Ação) incentivou o CDESC e a então Comissão de Direitos Humanos do ECOSOC a continuar a apreciação de um protocolo ao PIDESC. Em 1996 o CDESC apresentou um *draft* do Protocolo e a Comissão de Direitos Humanos em 1997 requereu ao Secretario Geral que o repassasse para comentários dos Estados e das Organizações Intergovernamentais e Não Governamentais. Poucos Estados realizaram comentários e em 2001, a Comissão Internacional de Juristas e o Alto Comissariado para os Direitos Humanos organizaram um *workshop* sobre a possibilidade de judicialização dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, enfocando no Protocolo Facultativo ao PIDESC. Ao reunir diversos especialistas, o *workshop* foi essencial às discussões do Protocolo e foi responsável pela designação de um Relator Especial para o seu *draft*. Além disso, foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho para a elaboração do protocolo, que foi acatada em 2002 pela Comissão de Direitos Humanos. O Relator Especial teve o seu mandato renovado e o Grupo de Trabalho realizou cinco sessões até que o Protocolo Facultativo ao PIDESC fosse elaborado. Finalmente, em 10 de dezembro de 2008, o protocolo é adotado e aberto para assinatura e ratificação em 24 de setembro de 2009.¹²²

A Comissão Internacional de Juristas possuiu uma atuação efetiva para a criação do Protocolo Facultativo ao PIDESC como forma de garantir a judicialização dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A CIJ advoga que a criação de uma judicialização internacional é condição essencial à implantação da judicialização dos DESC no plano interno dos Estados. Tal afirmação pode ser comprovada na medida em que a ação

¹²¹ TOLLEY JR., Howard B. *The International Commission of Jurists: Global Advocates for Human Rights*. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 1994.

¹²² ESCR-Net. *History of the OP-ICESCR Proces*. New York, 2006. Disponível em: < <https://www.escr-net.org/docs/i/421703> >. Acesso em: 20 de out. 2015. 20:00.

internacional possui um caráter suplementar a jurisdição nacional. A criação de um mecanismo internacional, dessa forma estimula o estabelecimento de medidas contra violações dos DESC nos Estados.¹²³ Por fim, a CIJ tem tido uma participação ativa na elaboração do Comentário do Artigo 7 do PIDESC que trata do direito a condições justas e favoráveis de trabalho e submeteu um relatório sobre o primeiro *draft* do comentário.¹²⁴

A CIJ, além de zelar pela afirmação dos Direitos Humanos e pelos seus princípios de universalidade, interdependência e indivisibilidade, pelo Estado de Direito e pela autonomia dos juristas e advogados, promove o estabelecimento de sistemas jurídicos que garantam a proteção dos direitos humanos, defende a abolição da pena de morte e presta assistência a vítimas de violações de direitos humanos. Em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, a CIJ entende que estes são tão importantes quanto os direitos civis e políticos e realiza *advocacy* nos níveis nacional e regional para a promoção de *standarts* legais que correspondam aos estabelecidos no nível internacional. Além disso, realiza treinamentos com juristas e advogados para que utilizem o direito internacional ao arbitrar pelos DESC nos níveis nacional e regional e presta auxílio legal às vítimas de violação dos DESC para que levem seus casos à justiça. As vítimas de violação dos DESC enfrentam dificuldades de acesso à justiça e às reparações e a CIJ advoga para a solução dos obstáculos e combate à impunidade. Já na esfera internacional, os juristas atuam encorajando parâmetros e mecanismos de cumprimento e promovendo a ratificação do Protocolo ao PIDESC pelos Estados parte.¹²⁵

3.2- Estudos de Caso: Atuação da CIJ no CDESC.

Em 19 de Junho de 2015 o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais realizou a sua 55ª Sessão no Palais Wilson em Genebra, Suíça. Na ocasião, foram analisados os relatórios dos seguinte países: Chile, Irlanda, Quirguizistão, Mongólia, Tailândia, Uganda e

¹²³ INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS. *Courts and the Legal Enforcement of Economic, Social and Cultural Rights: Comparative Experiences of Justiciability*, "Human Rights and Rule of Law Series, n. 2. 2008.

¹²⁴ OHCHR. *Committee on Economic, Social and Cultural Rights: Written Submissions on the Draft General Comment on Article 7*. Genebra, 2015. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CESCR/Discussions/2015/ICJ.pdf>>. Acesso em: 20 out. 20:30.

¹²⁵ ICJ. *Economic and Social Rights*. Genebra, 2015. Disponível em: <<http://www.icj.org/themes/economic-social-and-cultural-rights/>>. Acesso em: 10 out. 2015. 16:20.

Venezuela. As reuniões da 55ª Sessão possuíram participação ativa de representantes de Organizações Não Governamentais e a Comissão Internacional de Juristas, em conjunção com outras ONGs de renome, enviou relatórios sombra com denúncias de violações às obrigações pactuadas no PIDESC, além de propor recomendações ao CDESC para serem dirigidas aos Estados parte. Foram enviados, pela CIJ, relatórios referentes aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na Irlanda, sobre os direitos ao trabalho, a saúde e a educação das pessoas LGBTI em Uganda e em relação ao *status* da garantia dos DESC e o acesso a justiça, principalmente para as mulheres, na Tailândia.

Os três casos serão analisados a fim de constatar a influência da CIJ nas Observações Conclusivas proferidas pelo CDESC aos Estados. Por meio do processo de *advocacy*, a CIJ tem destacado casos de violações aos DESC nos países analisados e foi essencial para o estabelecimento de algumas diretrizes que guiaram o comitê e foram acatadas por suas Observações Conclusivas. A partir do estabelecimento da correlação entre os relatórios da CIJ e as Observações Conclusivas do CDESC, será possível constatar a influência da ONG nas deliberações do Comitê e evidenciar como as Organizações Não Governamentais possuem um papel importante no fortalecimento do Regime Internacional de Direitos Humanos.

3.2.1-Correlação entre as recomendações da CIJ sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na Irlanda e as Recomendações Expressas pelo CDESC nas Observações Conclusivas ao País.

Em 19 de Junho de 2015, em sua 55ª Sessão realizada no Palais Wilson em Genebra, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais adotou as Observações Conclusivas relativas a Terceira Versão do Relatório da Irlanda. A delegação do Estado respondeu às considerações do Comitê (*list of issues*) e o CDESC contemplou tanto as deliberações da reunião, quanto os relatórios do Estado e das ONGs para a elaboração das Observações Conclusivas. Em sua reunião para avaliação do *status* dos direitos econômicos, sociais e culturais da Irlanda, o CDESC destacou a lei restritiva contra o aborto, a falta de um esclarecimento sobre as situações nas quais o aborto poderia ser considerado legal, o impacto discriminatório da política para as mulheres de baixa renda que não podem pagar pelo

procedimento em outro país e a falta de informação sobre saúde sexual e reprodutiva.¹²⁶ Tais considerações são reflexos das preocupações elucidadas no relatório da Comissão Internacional de Juristas que destacou que o aborto configura crime na Irlanda, cuja pena prevista é de no mínimo quatorze anos, no qual a mulher, assim como o profissional de saúde, poderão ser condenados. Além disso, a CIJ destacou que o único caso em que o aborto é considerado legal é para evitar um real e substancial risco à vida da gestante e que tal configuração não inclui casos nos quais a saúde física e mental da mulher corre riscos e quando a gestação é fruto de um crime sexual. A ONG ressaltou ainda, o fato de que as mulheres irlandesas tem a necessidade de viajar para realizar o procedimento e que o governo irlandês restringe a divulgação de informações de lugares onde se pode realizar o aborto de forma segura, além de não divulgar informações sobre saúde sexual e reprodutiva. Tais atitudes são responsáveis pela restrição dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres irlandesas, principalmente as de baixa renda que não possuem acesso a informação sobre saúde sexual e reprodutiva e não podem pagar por um aborto em outro país.¹²⁷

As denúncias da CIJ frente às restrições dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres foram responsáveis pelo destaque dado a demanda pelo estabelecimento de padrões objetivos para a consideração do que seria um real e substancial risco a saúde da gestante, pela preocupação do CDESC frente à criminalização do aborto, principalmente em casos de estupro e incesto, além da destacada discriminação das mulheres de baixa renda e da falta de acesso a informações sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Diante dessas constatações, o Comitê recomendou ao Estado irlandês que realize um referendo sobre o aborto, que revise a sua legislação para adequá-la aos padrões internacionais, incluindo a Lei de Proteção a Vida durante a Gravidez promulgada em 2013, que esclareça quais são as situações que constituem um risco substantivo a saúde da mulher, que divulgue informações sobre opções na gravidez nos meios de comunicação e que assegure o acesso e a disponibilidade de informações sobre saúde sexual e reprodutiva. Tais recomendações seguem a linha das expostas pela CIJ em seu relatório sombra e explicitam a

¹²⁶ OHCHR. *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Genebra, 2015. Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=967&Lang=en> Acesso em: 11 out. 2015. 10:30.

¹²⁷ OHCHR. *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Genebra, 2015. Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=E%2fC.12%2fIRL%2fCO%2f3&Lang=en> Acesso em: 11 out. 2015. 10:30.

influência de suas deliberações no caso, já que a ONG propôs ao Estado que descriminalizasse o aborto e que reformasse as suas leis de forma a garantir que ao menos a legalidade em casos em que a saúde física e mental da mulher esteja comprometida, em casos de violência sexual e nos casos de deficiência fetal. Além disso, a CIJ recomendou a anulação da Lei de Proteção da Vida durante a gravidez e que o país acabasse com as restrições de acesso a informação sobre aborto legal e seguro.

Tais considerações influenciaram diretamente nas Observações Conclusivas do CDESC para a Irlanda na medida em que destacaram o impedimento do acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, abarcam o questionamento do padrão para determinar-se o que seria um risco à vida da gestante e sugerem que os casos de comprometimento da saúde física e mental, de estupro e de incesto, sofram um processo de legalização. Além disso, a recomendação de revogação da Lei de Proteção da Vida é resultado direto da orientação da CIJ em relação às denúncias de violações dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres irlandesas.

3.2.2- Proposições da CIJ abarcadas pelas Recomendações Gerais do CDESC à delegação de Uganda.

Na mesma 55ª Sessão do CDESC, o Comitê adotou as Observações Conclusivas em resposta ao Relatório Inicial do Estado de Uganda. O documento mencionado possui clara influência das denúncias das ONGs junto ao Comitê e dos relatórios sombra enviados. A Comissão Internacional de Juristas submeteu seu relatório para apreciação do CDESC em relação aos direitos das pessoas LGBTI em Uganda e denunciou várias situações em que os direitos econômicos, sociais e culturais dessa parcela da população foram violados. Entre as violações dos DESC citadas pela ONG estão o desrespeito ao princípio da não-discriminação, ao direito a condições justas e favoráveis de trabalho, ao direito a um nível adequado de vida, incluindo o direito a moradia, ao direito ao desfrute dos mais altos padrões de saúde física e mental e ao direito a educação.¹²⁸

¹²⁸ ICJ. *ICJ Submission to The Committee on Economic, Social And Cultural Right*. Genebra, 2015. Disponível em: <<http://www.icj.org/uganda-icj-submission-to-the-committee-on-economic-social-and-cultural-rights/>>. Acesso em: 11 de out. 2015. 10:00.

Em relação ao princípio de não-discriminação, as Observações Conclusivas relembram o Comentário Geral número 20 sobre o princípio e recomendam ao Estado Parte que adote uma Lei que inclua todos os tipos de discriminação segundo o Artigo 2 do PIDESC que elenca:

*2. The States Parties to the present Covenant undertake to guarantee that the rights enunciated in the present Covenant will be exercised without discrimination of any kind as to race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, property, birth or other status.*¹²⁹

As Observações destacam ainda que medidas devem ser adotadas para acabar com o estigma atribuído a pessoas com deficiência e pessoas LGBTI de forma a garantir os direitos de acesso a moradia, ao emprego, a segurança social, ao tratamento de saúde e a educação.¹³⁰ Tais direitos correspondem exatamente aos direitos arrolados pelo relatório sombra da CIJ, que destaca as discriminações sofridas pelas pessoas LGBTI que freqüentemente são privadas de acesso a uma habitação, saúde, educação e segurança social adequadas e dessa forma, têm os seus direitos econômicos, sociais e culturais violados.

Outra notória influência da Comissão Internacional de Juristas nas Observações Conclusivas ao Estado de Uganda relaciona-se diretamente a discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero. O CDESC destacou a preocupação com o Projeto de Lei que criminaliza as relações sexuais “não naturais” e com a criminalização do sexo consensual entre pessoas do mesmo sexo no Código Penal. Além disso, destacou a preocupação com as detenções arbitrárias e o abuso policial contra pessoas LGBTI após a aprovação da Lei Anti-Homosexualidade em 2014. Entre as recomendações do CDESC para o princípio da não-discriminação estão a retirada do Projeto de Lei que proíbe a promoção de práticas sexuais “não naturais” e a retificação do Código Penal para descriminalizar as relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo. Tais recomendações são claramente um reflexo das denúncias proferidas pela CIJ como resultado de seu trabalho junto a ONGs locais de defesa dos direitos LGBTI. Entre as recomendações realizadas pela CIJ para que o CDESC

¹²⁹ OHCHR. *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Genebra, 2015. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/AboutUs/Pages/ContactUs.aspx>> Acesso em: 11 out. 2015. 10:00.

¹³⁰ OHCHR. *CESCR*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=9&DocTypeID=5> Acesso em: 11 de ou. De 2015. 10:15.

efetivasse para a delegação de Uganda encontram-se a retirada do Projeto de Lei que proíbe as práticas sexuais “não naturais” e a revogação da Seção 145(a) do Código Penal que criminaliza relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Já em relação às expulsões forçadas, o Comitê destacou a incidência de atos contra pessoas LGBTI após a promulgação da Lei Anti-Homossexualidade em 2014 e recomendou com base no Comentário Geral número 7 sobre expulsões forçadas que o Estado investigue os casos e garanta que as vítimas obtenham compensação. Tais recomendações estão em consonância com as emitidas pela CIJ ao Comitê que ressaltaram que o Estado deveria tomar providências para remediar as violações de direito a moradia das pessoas LBGTI, principalmente em relação às expulsões forçadas e que deveria aprimorar o acesso à justiça para que pessoas que tivessem o seu direito a moradia desrespeitado, com base na orientação sexual ou identidade de gênero, pudessem buscar reparações.

No que se refere ao direito ao mais elevado nível de saúde, o CDESC recomendou que o Estado de Uganda promova medidas que garantam a todos os seus cidadãos o acesso a um sistema de saúde de qualidade e que tome providências para enfrentar os problemas de acesso a tratamento médico e de HIV/AIDS para as pessoas com deficiência e pessoas LGBTI. Tais recomendações são um reflexo do relatório da CIJ que propôs que o Estado parte tomasse medidas para garantir o acesso a saúde para as pessoas LGBTI e ao tratamento de HIV/AIDS para pessoas que praticam o sexo consensual com pessoas do mesmo sexo.

Por último, outro ponto no qual se pode visualizar a influência do relatório sombra da CIJ nas recomendações do CDESC para o Estado de Uganda está no tocante à saúde sexual e reprodutiva, no qual a Comissão propôs ao CDESC que o Estado deveria fornecer educação sexual de acordo com a idade dos estudantes, baseada em princípios científicos e que enfatizasse a não-discriminação e a equidade de gênero. Nas Recomendações Gerais, o CDESC aconselha que Uganda aumente e reforce a educação sexual e reprodutiva, ampla e apropriada para a idade, nos currículos escolares, e que realize programas de educação e consciência para a população em geral.

3.3.3- Análise do *status* dos DESC na Tailândia.

A 55ª Sessão do CDESC também examinou o segundo relatório Tailândia, considerou as respostas a *List of Issues* e baseou suas considerações para as Observações Conclusivas nesse material e nos relatórios sombras expostos pelas ONGs. A Comissão Internacional de Juristas submeteu um relatório ao CDESC no qual destacou os obstáculos ao gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais da população tailandesa, devido à implementação da Lei Marcial e ao golpe militar de maio de 2014. Além disso, evidenciou a dificuldade das mulheres em desfrutar os DESC com base nos princípios da equidade e não-discriminação e de acessar a justiça em busca de reparações.¹³¹ Em relação à garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais devido a Lei Marcial e ao regime militar, o CDESC recomendou ao Estado da Tailândia que tomasse as medidas necessárias para garantir a implementação do PIDESC no seu sistema jurídico nacional, incluindo o reconhecimento do Pacto na Constituição, de forma a garantir a sua aplicabilidade pelos tribunais e o treinamento de juízes, advogados e outros profissionais de relevância para a garantia dos DESC.¹³² Tais recomendações podem ser encaradas como resultado direto das denúncias elencadas pela CIJ e das recomendações de restabelecimento de uma constituição democrática em consonância com as obrigações de direitos humanos pactuadas pelo Estado, principalmente em relação aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do resgate de um judiciário independente e imparcial que não sofra influência da ordem militar.

O CDESC recomendou ainda que a Tailândia tome as medidas necessárias para garantir a segurança dos ativistas de direitos humanos, especialmente dos que militam para a garantia dos DESC, de qualquer ato de intimidação, assédio e morte e que os perpetradores dos crimes contra os ativistas sejam devidamente julgados. Tal recomendação pode ser diretamente correlacionada com a recomendação da CIJ de que sejam conduzidas investigações imparciais e efetivas dos homicídios contra ativistas de direitos humanos no contexto de disputas de terra e que se descriminalize ações como o banimento de reunião de

¹³¹ ICJ. *Thailand: ICJ submission to the UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights*. Genebra, 2015. Disponível em: < <http://www.icj.org/thailand-icj-submission-to-the-un-committee-on-economic-social-and-cultural-rights/> >. Acesso em: 18 out. 2015. 14:00.

¹³² OHCHR. *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. 55 Session (01 Jun 2015 - 19 Jun 2015) Genebra, 2015. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=967&Lang=en> Acesso em: 18 out. 2015. 14:00.

cinco ou mais pessoas, já que tais medidas prejudicam as práticas dos ativistas de direitos humanos e a garantia dos DESC.

Em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais das mulheres e de seu acesso a justiça, a Comissão Internacional de Juristas denunciou a discriminação com base no gênero sofrida pelas mulheres tailandesas e recomendou que o Artigo 17 da Lei de Equidade de Gênero fosse alterado. Segundo a ICJ, a recente adoção da Lei de Equidade de Gênero não foi suficiente para reduzir a discriminação contra as mulheres e garantir o seu acesso a justiça, na medida em que, apesar de proibir a discriminação sexual injusta, permite a discriminação quando ela é justificada em razão de autoproteção e segurança, de práticas religiosas e de segurança nacional. Com base nas recomendações da CIJ, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais expressou a sua preocupação com o fato de que a Lei permita a discriminação contra as mulheres, justificada por práticas religiosas e segurança nacional. A partir disso o CDESC recomenda que a Tailândia revise a Lei de Equidade de Gênero de modo a eliminar tais discriminações. A recomendação da correção da Lei é fruto das orientações da CIJ em relação às práticas discriminatórias sofridas pelas mulheres com base nas exceções ao princípio de não discriminação previstos no Artigo 7 da Lei de Equidade de Gênero. Além disso, o CDESC recomendou a delegação da Tailândia que o país adote medidas para incluir todos os tipos de discriminação previstos no Artigo 2 do PIDESC, que garanta que todos os DESC sejam incluídos na nova Constituição e que os direitos não sofram medidas retrógradadas, além de assegurar o pleno desfrute dos direitos econômicos, sociais e culturais das mulheres na Tailândia. Tais recomendações sofreram influência direta das denúncias da CIJ em seu relatório e de suas recomendações para a garantia dos DESC no Estado parte.

Um último ponto no qual podemos medir a influência da CIJ nas Observações Conclusivas em relação à Tailândia encontra-se na prevenção dos direitos dos trabalhadores migrantes. A ONG propôs que normas como a nº 67 e nº 68 que limitam a liberdade de ir e vir dos trabalhadores migrantes fossem revistas para que estes tivessem direito de deixar situações de trabalho abusivas. Com base nessa proposição, o CDESC recomendou que o Estado da Tailândia revisse a necessidade de normas que garantam a proteção social e laboral dos trabalhadores migrantes e o seu acesso a justiça em caso de violações dos seus direitos. Além disso, reconheceu a importância de que os direitos de associação dos trabalhadores

migrantes sejam contemplados de forma a garantir o pleno gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais por essa parcela da população.

Diante das evidências propostas nos três estudos de caso analisados, em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na Irlanda, sobre os direitos ao trabalho, a saúde e a educação das pessoas LGBTI em Uganda e sobre o *status* da garantia dos DESC, principalmente para as mulheres, e o acesso a justiça na Tailândia, pode-se evidenciar uma relação clara entre as denúncias e recomendações realizadas pela Comissão Internacional de Juristas em seus Relatórios Sombra e as recomendações do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas apresentadas nas Observações Conclusivas dirigidas aos Estados em questão. A partir dos paralelismos encontrados, elaborou-se um quadro explicativo no qual fica evidente a correspondência quase direta entre as considerações da CIJ e as deliberações do Comitê. O quadro explicativo (Tabela 1) encontra-se abaixo:

Tabela 1- Correlação entre as recomendações e denúncias da CIJ em seus Relatórios Sombra e as recomendações do CDESC para os Estados Parte em suas Observações Conclusivas.

País	Recomendações e denúncias da CIJ em seus Relatórios Sombra	Recomendações do CDESC para os Estados Parte em suas Observações Conclusivas
<u>Irlanda</u>	Denunciou a criminalização do aborto e que a legislação irlandesa não enquadra em seus casos de aborto legal, situações nas quais há riscos à saúde física e mental da gestante e casos de estupro.	Demandou o estabelecimento de critérios objetivos para estabelecer-se as situações nas quais há risco real e substancial a saúde da gestante.
	Recomendou que o Estado acabe com restrições às informações sobre aborto legal e seguro.	Demonstrou preocupação com criminalização estupro na Irlanda.
	Recomendou a anulação da Lei de Proteção da Vida durante a Gravidez.	Recomendou que o Estado amplie a divulgação de informações saúde sexual e reprodutiva.
<u>Uganda</u>	Recomendou que se faça uma revisão para equiparar a legislação nacional aos padrões internacionais e a revogação da Lei de Proteção a Vida durante a Gravidez.	Recomendou ao Estado que adote medidas para acabar com estigma da população LGBTI e para garantir os direitos violados.
	Denunciou a violação dos direitos à moradia, à saúde, ao emprego, à seguridade social, à saúde e à educação das pessoas LGBTI.	Recomendou a Uganda que retire o Projeto de Lei e que retifique o Código Penal para descriminalizar as relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo.
	Denunciou expulsões forçadas e detenções arbitrarias de pessoas LGBTI e recomendou a retirada do Projeto de Lei que criminaliza relações não naturais e a revogação da seção 145 (a) do Código penal que proíbe relações entre pessoas do mesmo sexo.	Demonstrou a sua preocupação com a detenção arbitrária e o abuso policial contra pessoas LGBTI após a aprovação da Lei Anti-Homosexualidade em 2104.
	Recomendou que o Estado deveria remediar violações direito a moradia das pessoas LGBTI e aprimorar o seu acesso a justiça.	Recomendou que o Estado investigue os casos de expulsões forçadas e garanta compensação às vítimas, além de garantir o seu acesso à justiça.
	Recomendou que Uganda garantisse o acesso à saúde e ao tratamento de HIV/AIDS às pessoas LGBTI.	Recomendou que o Estado tomasse medidas que garantissem o acesso a um sistema de saúde de qualidade e ao tratamento HIV/AIDS para as pessoas LGBTI
<u>Tailândia</u>	Recomendou que Uganda fornecesse uma educação sexual e reprodutiva de acordo com idade dos estudantes, baseada em critérios científicos e que enfatizasse a não-discriminação e a equidade de gênero.	Recomendou que o Estado reforce e aumente a educação sexual e reprodutiva de forma ampla e apropriada para a idade dos estudantes e que crie programas educativos para a população em geral.
	Denunciou violações aos DESC da população tailandesa devido a implementação da Lei Marcial em 2014 e ao golpe militar.	Recomendou que a Tailândia tomasse as medidas necessárias para incorporar o PIDESC ao sistema jurídico nacional e à Constituição, de forma a garantir os DESC.
	Recomendou que sejam realizadas investigações imparciais e efetivas dos homicídios contra ativistas de direitos humanos.	Recomendou que a Tailândia tome as medidas necessárias para garantir a segurança dos ativistas e que providências sejam tomadas para julgar os crimes contra eles cometidos.
	Recomendou a alteração do Artigo 17 da Lei de Equidade de Gênero que permite a discriminação contra as mulheres justificada por autoproteção, segurança e práticas religiosas.	Recomendou ao Estado que revise a Lei de Equidade de Gênero para excluir as discriminações nessas circunstâncias
	Propôs a revisão das normas nº 67 e 68 que restringem a liberdade de ir e vir dos trabalhadores migrantes e os prendem a relações de trabalhos abusivas.	Recomendou que a Tailândia que revisse a necessidade de normas que garantam a proteção social e laboral dos trabalhadores migrantes.

A partir da observação da Tabela 1, pode-se constatar uma correlação estreita entre as recomendações da CIJ e as considerações do CDESC. Em relação aos três casos analisados, a Comissão Internacional de Juristas apresentou uma relevância explícita na denúncia de violações e na demanda de que os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais acordados no PIDESC fossem respeitados nos países analisados. Frente aos casos expostos, pode-se constatar que a Comissão Internacional de Juristas apresentou um papel importante nas discussões da 55ª Sessão do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas e exerceu influência direta sobre as suas deliberações. A CIJ, ao denunciar violações dos DESC na Irlanda, Uganda e Tailândia, foi responsável por apresentar fatos antes desconhecidos pelo Comitê e dessa forma, aumentar a quantidade e qualidade de informações disponíveis. Ao participar das reuniões, a CIJ realizou o processo de *advocacy* para divulgar as informações obtidas como forma de invocar os padrões internacionais acordados no PIDESC e pressionar os Estados a cumprirem o que foi acordado no tratado.

Ao fornecer informações de forma ampla e fidedigna, a CIJ contribuiu com expertise para a redução dos custos de transação da convergência das expectativas dos atores, para a redução das incertezas e para o estabelecimento, mesmo que de forma incipiente, da responsabilidade legal para os Estados em caso de violação. A conformação e o fortalecimento de um regime internacional dependem diretamente do sucesso de suas instituições em prover informações de qualidade e em garantir a convergência das expectativas dos atores. As Nações Unidas, em especial o CDESC, são responsáveis pela consolidação do Regime Internacional dos Direitos Humanos, na medida em que geram padrões internacionais de direitos humanos, por meio de medidas de *hard* e *soft Law*. Essenciais para esse fortalecimento são as organizações da sociedade civil que denunciam violações aos DESC e fornecem informações adicionais às divulgadas pelos Estados parte.

Dessa forma, ao fornecer informações confiáveis e de forma ampla ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Comissão Internacional de Juristas participa ativamente do robustecimento da possibilidade de judicialização dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e contribui de forma direta para a conformação e a consolidação do Regime Internacional dos Direitos Humanos.

CONCLUSÃO

As Organizações Não-Governamentais são atores essenciais à sociedade internacional e à promoção dos direitos humanos. As ONGs atuam propondo assuntos para a agenda internacional, influenciando na formulação de normas nacionais e internacionais e contribuindo para o cumprimento das obrigações acordadas nos tratados. As ONGs tem tido um papel crescente junto aos órgãos das Nações Unidas e freqüentemente possuem voz junto aos diversos fóruns internacionais, de forma a expor a opinião de parcelas da população mundial, realizar denúncias de violações de direitos humanos e pressionar os Estados a garantir os DESC. Por meio do processo de *advocacy* as Organizações Não Governamentais monitoram o *status* dos direitos humanos nos Estados, publicam as informações obtidas e enviam relatórios aos diversos órgãos das Nações Unidas.

A Comissão Internacional de Juristas possui tradição na luta em prol dos direitos humanos e contribuiu de forma efetiva para o pleito do Alto Comissariado de Direitos Humanos e para a redação do Protocolo Facultativo ao Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Além disso, a CIJ possui um trabalho ativo na campanha para a ratificação do Protocolo Facultativo ao PIDESC e participa de uma coligação com outras ONGs para divulgá-lo e para incentivar a ratificação pelos Estados.

Em relação aos trabalhos junto ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Comissão Internacional de Juristas possui participação ativa nas sessões do Comitê. As informações expressas em seus Relatórios Sombra são reiteradamente utilizadas pelo CDESC para servirem de embasamento às Observações Gerais proferidas para os Estados parte. Os três casos de estudo analisados: direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na Irlanda, direitos ao trabalho, a saúde e a educação das pessoas LGBTI em Uganda e *status* da garantia dos DESC e o acesso à justiça, principalmente para as mulheres, na Tailândia, comprovam a influência da Comissão Internacional de Juristas nas deliberações do CDESC.

A Comissão Internacional de Juristas, em conjunção com as diversas ONGs que trabalham em prol da consolidação e garantia dos direitos humanos, sendo elas nacionais ou internacionais, como a Anistia Internacional e a *Human Rights Watch*, são peças essenciais ao jogo político internacional e funcionam como grupos de pressão para alterar a conduta dos Estados em direção ao que foi acordado nos tratados internacionais. Um aliado importante

nesse trabalho é a mídia internacional que serve de veículo para a divulgação das denúncias de violações dos direitos humanos e como ferramenta para a mobilização da sociedade civil em prol da garantia dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

O poder por influência (*soft power*) não é tão fácil de ser mensurado como o *hard power*, porém existem situações concretas nas quais pode-se verificar a influência das Organizações Não Governamentais no estabelecimento de padrões internacionais de conduta para os Estados e no monitoramento dos direitos humanos acordados nos tratados. Os três casos analisados, ao destacarem o paralelismo entre as decisões do CDESC e as recomendações da CIJ ao órgão, demonstram claramente essa influência e comprovam que as Organizações Não Governamentais são atores essenciais na conformação e na consolidação do Regime Internacional de Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ACNUDH. Folhetos e fichas informativas. Genebra, 2011. Disponível em: <<http://acnudh.org/pt-br/2011/05/mecanismos-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas/>>. Acesso em: 04 out. 2015.

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; BORGES, Leonardo Estrela. O sistema internacional de proteção aos direitos humanos: perspectivas e desafios. Disponível em: <<https://www.uniceub.br/media/181734/Texto5.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2014.

CAREZIA, Gislaine. ONGs internacionais personalidade jurídica, autorização para funcionamento no Brasil e atuação no sistema das Nações Unidas. In: *XVI Encontro Preparatório do CONPEDI/FDC, 2007. Anais de Campos dos Goytacazes: Conselho Nacional de de Pesquisa e Pós Graduação em Direito*, 2007.

CLARCK, Anne Marie. *Amnesty International and Changing Human Rights Norms*. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

ESCR-Net. *History of the OP-ICESCR Proces*. New York, 2006. Disponível em: <<https://www.escr-net.org/docs/i/421703>>. Acesso em: 20 de out. 2015. 20:00.

FONSECA, Flávio Eduardo. *Organizações não governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção dos direitos humanos*. 2002. 343f. Dissertação(Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

FORSYTHE, David P. *Human Rights in International Relations*. 3 ed. New York: Cambridge University Press, 2012.

GONÇALEZ, Cláudia Maria Aragão de Lima Vieira. O pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais (PIDESC) e seu monitoramento. In: JÚNIOR., et. al. *Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais: Da previsão normativa à efetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014. p. 297-314.

ICJ. *About*. Genebra, 2015. Disponível em: <<http://www.icj.org/about/>>. Acesso em: 10 out. 2015. 16:15

_____. *Economic and Social Rights*. Genebra, 2015. Disponível em: <<http://www.icj.org/themes/economic-social-and-cultural-rights/>>. Acesso em: 10 out. 2015. 16:20.

_____. *History*. Genebra, 2105. Disponível em: <<http://www.icj.org/history/>>. Acesso em: 10 out. 2015. 16:00.

_____. *Thailand: ICJ submission to the UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights*. Genebra, 2015. Disponível em: <<http://www.icj.org/thailand-icj-submission-to-the-un-committee-on-economic-social-and-cultural-rights/>>. Acesso em: 18 out. 2015. 14:00.

_____. *Courts and the Legal Enforcement of Economic, Social and Cultural Rights: Comparative Experiences of Justiciability*, "Human Rights and Rule of Law Series, n. 2. 2008.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activist beyond borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca: Cornell University Press. 1998.

KEOHANE, Robert O. The demand for international regimes. *International Organization*, Massachusetts, v. 36, n. 2, p.325-355, mar. 1982.

KEOHANE, Robert. NYE, Joseph. *Power and Independence*. 3 ed. Londres: Longman, 2001.

KRASNER, Stephen D. Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: Regimes Como Variáveis Intervenientes. *Sociol. Polít.*, Curitiba, v.20, n.42, p.93-110, jun 2012.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. A sociedade civil na atualidade das Relações Internacionais. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, Fortaleza, v.14, n.14, p.329-336, jan./dez. 2014.

_____. El rol de La sociedad civil organizada para El fortalecimiento de La protección de los derechos humanos em El siglo XXI: un enfoque especial sobre los DESC. *Revista IIDH*, San Jose, v. 51, p.249-271. jan./jul. 2010.

_____. Human Rights as an essential element of contemporary international community. *Revista IIDH*, v. 55, 2012, p. 103-120.

_____. O *Locus Standi* dos indivíduos ante o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. In: TRINDADE, Antonio A. Cançado; PEREIRA, Antônio Celso Alves. (Org.) *O direito internacional e o primado da justiça*. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. p.223-254.

_____. *Os direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina: um estudo a partir do Protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Fabris Editor, 2001.

LOBO-FERNANDES, Luís. Grócio e a regra de interesse: liberalismo complexo e reconstrução da teoria das relações internacionais –um apontamento. *Relações Internacionais* Lisboa, n.36, p. 61-72, dez. 2012.

MANTILLA, Giovanni. Emerging International Human Rights Normas for Transnational Corporations. *Global Governance*, Boulder, v.15, p.270-298, abr./jun. 2009.

MARTÍN, Ana Gemma López. El Pacto de derechos económicos, sociales y culturales de 1966, su Protocolo Facultativo de 2008 y los mecanismo de garantía y control de aplicación. In: JÚNIOR., et. al. Pacto Internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais: Da previsão normativa à efetividade no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014. p. 315-337.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 11 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

NYE JR., Joseph S. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

_____. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Editora Gente, 2009

OHCHR. CESCR. Disponível em: <
http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=9&DocTypeID=5> Acesso em: 11 de out. De 2015. 10:15.

_____. *Committee on Economic, Social and Cultural Rights: Written Submissions on the Draft General Comment on Article 7*. Genebra, 2015. Disponível em:
 <<http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CESCR/Discussions/2015/ICJ.pdf>>. Acesso em: 20 out. 20:30.

_____. *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Genebra, 2015. Disponível em:
 <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=E%2fC.12%2fIRL%2fCO%2f3&Lang=en> Acesso em: 11 out. 2015. 10:30.

_____. *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Genebra, 2015. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/AboutUs/Pages/ContactUs.aspx>> Acesso em: 11 out. 2015. 10:00.

_____. *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Genebra, 2015. Disponível em:
http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=967&Lang=en> Acesso em: 11 out. 2015. 10:30.

_____. *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Genebra, 2015. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/AboutUs/Pages/ContactUs.aspx> Acesso em: 11 out. 2015. 10:00.

_____. *Optional Protocol to the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Genebra, 2015. Disponível em:
 <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/OPCESCR.aspx>>
 Acesso em: 12 out. 2015. 08:00.

ONU. Declaração Universal de Direitos Humanos, 10 de dezembro de 1948. Disponível em:
 <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> Acesso em: 01 nov. 2014.

PETRASEK, David. Novas potências, novas estratégias? Diplomacia em direitos humanos no século XXI. SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v.10, n. 19, p. 7-14, dez. 2013.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeus, interamericano e africano*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. Revista Sur-

Revista Internacional de Direitos Humanos. Ano 1. n. 1, jan./jul. 2004. p. 23.

_____. Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. I Colóquio Internacional de Direitos Humanos. 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/a_pdf/piovesan_sip.pdf> . Acesso em: 03 mar. 2015.

REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento; ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de Direito Internacional Público*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

TACSO. Technical Assistance for Civil Society. *Advocacy/Lobbying*. Disponível em: <<http://www.tacso.gov.br>> Acesso em: 11 de dez. de 2015

TAVARES, Ricardo Neiva Tavares. As organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1999. p. 29.

TOLLEY JR., Howard B. *The International Commission of Jurists: Global Advocates for Human Rights*. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 1994.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A humanização do direito internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 112

_____. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2 ed. Porto Alegre: S. A. Farbis Editor, 2003.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNG, Oran R. Regime dynamics: the rise and fall of international regimes. The demand for international regimes. *International Organization* , Massachusetts, v. 36, n. 2, p. 277-297. mar. 1982.

ANEXO 1- PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.

International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights

**Adopted and opened for signature, ratification and accession by
General Assembly resolution 2200A (XXI) of 16 December 1966
entry into force 3 January 1976, in accordance with article 27**

Preamble

The States Parties to the present Covenant,

Considering that, in accordance with the principles proclaimed in the Charter of the United Nations, recognition of the inherent dignity and of the equal and inalienable rights of all members of the human family is the foundation of freedom, justice and peace in the world,

Recognizing that these rights derive from the inherent dignity of the human person,

Recognizing that, in accordance with the Universal Declaration of Human Rights, the ideal of free human beings enjoying freedom from fear and want can only be achieved if conditions are created whereby everyone may enjoy his economic, social and cultural rights, as well as his civil and political rights,

Considering the obligation of States under the Charter of the United Nations to promote universal respect for, and observance of, human rights and freedoms,

Realizing that the individual, having duties to other individuals and to the community to which he belongs, is under a responsibility to strive for the promotion and observance of the rights recognized in the present Covenant,

Agree upon the following articles:

PART I

Article 1

1. All peoples have the right of self-determination. By virtue of that right they freely determine their political status and freely pursue their economic, social and cultural development.

2. All peoples may, for their own ends, freely dispose of their natural wealth and resources without prejudice to any obligations arising out of international economic co-operation, based upon the principle of mutual benefit, and international law. In no case may a people be deprived of its own means of subsistence.

3. The States Parties to the present Covenant, including those having responsibility for the administration of Non-Self-Governing and Trust Territories, shall promote the realization of the right of self-determination, and shall respect that right, in conformity with the provisions of the Charter of the United Nations.

PART II

Article 2

1. Each State Party to the present Covenant undertakes to take steps, individually and through international assistance and co-operation, especially economic and technical, to the maximum of its available resources, with a view to achieving progressively the full realization of the rights recognized in the present Covenant by all appropriate means, including particularly the adoption of legislative measures.
2. The States Parties to the present Covenant undertake to guarantee that the rights enunciated in the present Covenant will be exercised without discrimination of any kind as to race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, property, birth or other status.
3. Developing countries, with due regard to human rights and their national economy, may determine to what extent they would guarantee the economic rights recognized in the present Covenant to non-nationals.

Article 3

The States Parties to the present Covenant undertake to ensure the equal right of men and women to the enjoyment of all economic, social and cultural rights set forth in the present Covenant.

Article 4

The States Parties to the present Covenant recognize that, in the enjoyment of those rights provided by the State in conformity with the present Covenant, the State may subject such rights only to such limitations as are determined by law only in so far as this may be compatible with the nature of these rights and solely for the purpose of promoting the general welfare in a democratic society.

Article 5

1. Nothing in the present Covenant may be interpreted as implying for any State, group or person any right to engage in any activity or to perform any act aimed at the destruction of any of the rights or freedoms recognized herein, or at their limitation to a greater extent than is provided for in the present Covenant.
2. No restriction upon or derogation from any of the fundamental human rights recognized or existing in any country in virtue of law, conventions, regulations or custom shall be admitted on the pretext that the present Covenant does not recognize such rights or that it recognizes them to a lesser extent.

PART III

Article 6

1. The States Parties to the present Covenant recognize the right to work, which includes the right of everyone to the opportunity to gain his living by work which he freely chooses or accepts, and will take appropriate steps to safeguard this right.
2. The steps to be taken by a State Party to the present Covenant to achieve the full realization of this right shall include technical and vocational guidance and training programmes, policies and techniques to achieve steady economic, social and cultural development and full and productive employment under conditions safeguarding fundamental political and economic freedoms to the individual.

Article 7

The States Parties to the present Covenant recognize the right of everyone to the enjoyment of just and favourable conditions of work which ensure, in particular:

- (a) Remuneration which provides all workers, as a minimum, with:

(i) Fair wages and equal remuneration for work of equal value without distinction of any kind, in particular women being guaranteed conditions of work not inferior to those enjoyed by men, with equal pay for equal work;

(ii) A decent living for themselves and their families in accordance with the provisions of the present Covenant;

(b) Safe and healthy working conditions;

(c) Equal opportunity for everyone to be promoted in his employment to an appropriate higher level, subject to no considerations other than those of seniority and competence;

(d) Rest, leisure and reasonable limitation of working hours and periodic holidays with pay, as well as remuneration for public holidays

Article 8

1. The States Parties to the present Covenant undertake to ensure:

(a) The right of everyone to form trade unions and join the trade union of his choice, subject only to the rules of the organization concerned, for the promotion and protection of his economic and social interests. No restrictions may be placed on the exercise of this right other than those prescribed by law and which are necessary in a democratic society in the interests of national security or public order or for the protection of the rights and freedoms of others;

(b) The right of trade unions to establish national federations or confederations and the right of the latter to form or join international trade-union organizations;

(c) The right of trade unions to function freely subject to no limitations other than those prescribed by law and which are necessary in a democratic society in the interests of national security or public order or for the protection of the rights and freedoms of others;

(d) The right to strike, provided that it is exercised in conformity with the laws of the particular country.

2. This article shall not prevent the imposition of lawful restrictions on the exercise of these rights by members of the armed forces or of the police or of the administration of the State.

3. Nothing in this article shall authorize States Parties to the International Labour Organisation Convention of 1948 concerning Freedom of Association and Protection of the Right to Organize to take legislative measures which would prejudice, or apply the law in such a manner as would prejudice, the guarantees provided for in that Convention.

Article 9

The States Parties to the present Covenant recognize the right of everyone to social security, including social insurance.

Article 10

The States Parties to the present Covenant recognize that:

1. The widest possible protection and assistance should be accorded to the family, which is the natural and fundamental group unit of society, particularly for its establishment and while it is responsible for the care and education of dependent children. Marriage must be entered into with the free consent of the intending spouses.

2. Special protection should be accorded to mothers during a reasonable period before and after childbirth. During such period working mothers should be accorded paid leave or leave with adequate social security benefits.

3. Special measures of protection and assistance should be taken on behalf of all children and young persons without any discrimination for reasons of parentage or other conditions. Children and young persons should be protected from economic and social exploitation. Their employment in work harmful to their morals or health or dangerous to life or likely to hamper their normal development should be punishable by law. States should also set age limits below which the paid employment of child labour should be prohibited and punishable by law.

Article 11

1. The States Parties to the present Covenant recognize the right of everyone to an adequate standard of living for himself and his family, including adequate food, clothing and housing, and to the continuous improvement of living conditions. The States Parties will take appropriate steps to ensure the realization of this right, recognizing to this effect the essential importance of international co-operation based on free consent.

2. The States Parties to the present Covenant, recognizing the fundamental right of everyone to be free from hunger, shall take, individually and through international co-operation, the measures, including specific programmes, which are needed:

(a) To improve methods of production, conservation and distribution of food by making full use of technical and scientific knowledge, by disseminating knowledge of the principles of nutrition and by developing or reforming agrarian systems in such a way as to achieve the most efficient development and utilization of natural resources;

(b) Taking into account the problems of both food-importing and food-exporting countries, to ensure an equitable distribution of world food supplies in relation to need.

Article 12

1. The States Parties to the present Covenant recognize the right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health.

2. The steps to be taken by the States Parties to the present Covenant to achieve the full realization of this right shall include those necessary for:

(a) The provision for the reduction of the stillbirth-rate and of infant mortality and for the healthy development of the child;

(b) The improvement of all aspects of environmental and industrial hygiene;

(c) The prevention, treatment and control of epidemic, endemic, occupational and other diseases;

(d) The creation of conditions which would assure to all medical service and medical attention in the event of sickness.

Article 13

1. The States Parties to the present Covenant recognize the right of everyone to education. They agree that education shall be directed to the full development of the human personality and the sense of its dignity, and shall strengthen the respect for human rights and fundamental freedoms. They further agree that education shall enable all persons to participate effectively in a free society, promote understanding, tolerance and friendship among all nations and all racial, ethnic or religious groups, and further the activities of the United Nations for the maintenance of peace.

2. The States Parties to the present Covenant recognize that, with a view to achieving the full realization of this right:

(a) Primary education shall be compulsory and available free to all;

(b) Secondary education in its different forms, including technical and vocational secondary education, shall be made generally available and accessible to all by every appropriate means, and in particular by the progressive introduction of free education;

(c) Higher education shall be made equally accessible to all, on the basis of capacity, by every appropriate means, and in particular by the progressive introduction of free education;

(d) Fundamental education shall be encouraged or intensified as far as possible for those persons who have not received or completed the whole period of their primary education;

(e) The development of a system of schools at all levels shall be actively pursued, an adequate fellowship system shall be established, and the material conditions of teaching staff shall be continuously improved.

3. The States Parties to the present Covenant undertake to have respect for the liberty of parents and, when applicable, legal guardians to choose for their children schools, other than those established by the public authorities, which conform to such minimum educational standards as may be laid down or approved by the State and to ensure the religious and moral education of their children in conformity with their own convictions.

4. No part of this article shall be construed so as to interfere with the liberty of individuals and bodies to establish and direct educational institutions, subject always to the observance of the principles set forth in paragraph I of this article and to the requirement that the education given in such institutions shall conform to such minimum standards as may be laid down by the State.

Article 14

Each State Party to the present Covenant which, at the time of becoming a Party, has not been able to secure in its metropolitan territory or other territories under its jurisdiction compulsory primary education, free of charge, undertakes, within two years, to work out and adopt a detailed plan of action for the progressive implementation, within a reasonable number of years, to be fixed in the plan, of the principle of compulsory education free of charge for all.

Article 15

1. The States Parties to the present Covenant recognize the right of everyone:

(a) To take part in cultural life;

(b) To enjoy the benefits of scientific progress and its applications;

(c) To benefit from the protection of the moral and material interests resulting from any scientific, literary or artistic production of which he is the author.

2. The steps to be taken by the States Parties to the present Covenant to achieve the full realization of this right shall include those necessary for the conservation, the development and the diffusion of science and culture.

3. The States Parties to the present Covenant undertake to respect the freedom indispensable for scientific research and creative activity.

4. The States Parties to the present Covenant recognize the benefits to be derived from the encouragement and development of international contacts and co-operation in the scientific and cultural fields.

PART IV

Article 16

1. The States Parties to the present Covenant undertake to submit in conformity with this part of the Covenant reports on the measures which they have adopted and the progress made in achieving the observance of the rights recognized herein.

2.

(a) All reports shall be submitted to the Secretary-General of the United Nations, who shall transmit copies to the Economic and Social Council for consideration in accordance with the provisions of the present Covenant;

(b) The Secretary-General of the United Nations shall also transmit to the specialized agencies copies of the reports, or any relevant parts therefrom, from States Parties to the present Covenant which are also members of these specialized agencies in so far as these reports, or parts therefrom, relate to any matters which fall within the responsibilities of the said agencies in accordance with their constitutional instruments.

Article 17

1. The States Parties to the present Covenant shall furnish their reports in stages, in accordance with a programme to be established by the Economic and Social Council within one year of the entry into force of the present Covenant after consultation with the States Parties and the specialized agencies concerned.

2. Reports may indicate factors and difficulties affecting the degree of fulfilment of obligations under the present Covenant.

3. Where relevant information has previously been furnished to the United Nations or to any specialized agency by any State Party to the present Covenant, it will not be necessary to reproduce that information, but a precise reference to the information so furnished will suffice.

Article 18

Pursuant to its responsibilities under the Charter of the United Nations in the field of human rights and fundamental freedoms, the Economic and Social Council may make arrangements with the specialized agencies in respect of their reporting to it on the progress made in achieving the observance of the provisions of the present Covenant falling within the scope of their activities. These reports may include particulars of decisions and recommendations on such implementation adopted by their competent organs.

Article 19

The Economic and Social Council may transmit to the Commission on Human Rights for study and general recommendation or, as appropriate, for information the reports concerning human rights submitted by States in accordance with articles 16 and 17, and those concerning human rights submitted by the specialized agencies in accordance with article 18.

Article 20

The States Parties to the present Covenant and the specialized agencies concerned may submit comments to the Economic and Social Council on any general recommendation under article 19 or reference to such general recommendation in any report of the Commission on Human Rights or any documentation referred to therein.

Article 21

The Economic and Social Council may submit from time to time to the General Assembly reports with recommendations of a general nature and a summary of the information received from the States Parties to the present Covenant and the specialized agencies on the measures taken and the progress made in achieving general observance of the rights recognized in the present Covenant.

Article 22

The Economic and Social Council may bring to the attention of other organs of the United Nations, their subsidiary organs and specialized agencies concerned with furnishing technical assistance any matters arising out of the reports referred to in this part of the present Covenant which may assist such bodies in deciding, each within its field of competence, on the advisability of international measures likely to contribute to the effective progressive implementation of the present Covenant.

Article 23

The States Parties to the present Covenant agree that international action for the achievement of the rights recognized in the present Covenant includes such methods as the conclusion of conventions, the adoption of recommendations, the furnishing of technical assistance and the holding of regional meetings and technical meetings for the purpose of consultation and study organized in conjunction with the Governments concerned.

Article 24

Nothing in the present Covenant shall be interpreted as impairing the provisions of the Charter of the United Nations and of the constitutions of the specialized agencies which define the respective responsibilities of the various organs of the United Nations and of the specialized agencies in regard to the matters dealt with in the present Covenant.

Article 25

Nothing in the present Covenant shall be interpreted as impairing the inherent right of all peoples to enjoy and utilize fully and freely their natural wealth and resources.

PART V

Article 26

1. The present Covenant is open for signature by any State Member of the United Nations or member of any of its specialized agencies, by any State Party to the Statute of the International Court of Justice, and by any other State which has been invited by the General Assembly of the United Nations to become a party to the present Covenant.
2. The present Covenant is subject to ratification. Instruments of ratification shall be deposited with the Secretary-General of the United Nations.
3. The present Covenant shall be open to accession by any State referred to in paragraph 1 of this article.
4. Accession shall be effected by the deposit of an instrument of accession with the Secretary-General of the United Nations.
5. The Secretary-General of the United Nations shall inform all States which have signed the present Covenant or acceded to it of the deposit of each instrument of ratification or accession.

Article 27

1. The present Covenant shall enter into force three months after the date of the deposit with the Secretary-General of the United Nations of the thirty-fifth instrument of ratification or instrument of accession.
2. For each State ratifying the present Covenant or acceding to it after the deposit of the thirty-fifth instrument of ratification or instrument of accession, the present Covenant shall enter into force three months after the date of the deposit of its own instrument of ratification or instrument of accession.

Article 28

The provisions of the present Covenant shall extend to all parts of federal States without any limitations or exceptions.

Article 29

1. Any State Party to the present Covenant may propose an amendment and file it with the Secretary-General of the United Nations. The Secretary-General shall thereupon communicate any proposed amendments to the States Parties to the present Covenant with a request that they notify him whether they favour a conference of States Parties for the purpose of considering and voting upon the proposals. In the event that at least one third of the States Parties favours such a conference, the Secretary-General shall convene the conference under the auspices of the United Nations. Any amendment adopted by a majority of the States Parties present and voting at the conference shall be submitted to the General Assembly of the United Nations for approval.

2. Amendments shall come into force when they have been approved by the General Assembly of the United Nations and accepted by a two-thirds majority of the States Parties to the present Covenant in accordance with their respective constitutional processes.

3. When amendments come into force they shall be binding on those States Parties which have accepted them, other States Parties still being bound by the provisions of the present Covenant and any earlier amendment which they have accepted.

Article 30

Irrespective of the notifications made under article 26, paragraph 5, the Secretary-General of the United Nations shall inform all States referred to in paragraph I of the same article of the following particulars:

(a) Signatures, ratifications and accessions under article 26;

(b) The date of the entry into force of the present Covenant under article 27 and the date of the entry into force of any amendments under article 29.

Article 31

1. The present Covenant, of which the Chinese, English, French, Russian and Spanish texts are equally authentic, shall be deposited in the archives of the United Nations.

2. The Secretary-General of the United Nations shall transmit certified copies of the present Covenant to all States referred to in article 26.

ANEXO 2- PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.

Optional Protocol to the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights

The General Assembly,

Taking note of the adoption by the Human Rights Council, by its resolution 8/2 of 18 June 2008, of the Optional Protocol to the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights,

1. *Adopts* the Optional Protocol to the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, the text of which is annexed to the present resolution;
2. *Recommends* that the Optional Protocol be opened for signature at a signing ceremony to be held in 2009, and requests the Secretary-General and the United Nations High Commissioner for Human Rights to provide the necessary assistance.

Annex Optional Protocol to the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights

Preamble

The States Parties to the present Protocol,

Considering that, in accordance with the principles proclaimed in the Charter of the United Nations, recognition of the inherent dignity and of the equal and inalienable rights of all members of the human family is the foundation of freedom, justice and peace in the world,

Noting that the Universal Declaration of Human Rights¹ proclaims that all human beings are born free and equal in dignity and rights and that everyone is entitled to all the rights and freedoms set forth therein, without distinction of any kind, such as race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, property, birth or other status,

Recalling that the Universal Declaration of Human Rights and the International Covenants on Human Rights² recognize that the ideal of free human beings enjoying freedom from fear and want can only be achieved if conditions are created whereby everyone may enjoy civil, cultural, economic, political and social rights,

Reaffirming the universality, indivisibility, interdependence and interrelatedness of all human rights and fundamental freedoms,

Recalling that each State Party to the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (hereinafter referred to as the Covenant) undertakes to take steps, individually and through international assistance and cooperation, especially economic and technical, to the maximum of its available resources, with a view to achieving progressively the full realization of the rights recognized in the Covenant by all appropriate means, including particularly the adoption of legislative measures,

Considering that, in order further to achieve the purposes of the Covenant and the implementation of its provisions, it would be appropriate to enable the Committee on Economic, Social and Cultural Rights (hereinafter referred to as the Committee) to carry out the functions provided for in the present Protocol,

Have agreed as follows:

Article 1 Competence of the Committee to receive and consider communications

1. A State Party to the Covenant that becomes a Party to the present Protocol recognizes the competence of the Committee to receive and consider communications as provided for by the provisions of the present Protocol.
2. No communication shall be received by the Committee if it concerns a State Party to the Covenant which is not a Party to the present Protocol.

Article 2 Communications

Communications may be submitted by or on behalf of individuals or groups of individuals, under the jurisdiction of a State Party, claiming to be victims of a violation of any of the economic, social and cultural rights set forth in the Covenant by that State Party. Where a communication is submitted on behalf of individuals or groups of individuals, this shall be with their consent unless the author can justify acting on their behalf without such consent.

Article 3 Admissibility

1. The Committee shall not consider a communication unless it has ascertained that all available domestic remedies have been exhausted. This shall not be the rule where the application of such remedies is unreasonably prolonged.
2. The Committee shall declare a communication inadmissible when:
 - (a) It is not submitted within one year after the exhaustion of domestic remedies, except in cases where the author can demonstrate that it had not been possible to submit the communication within that time limit;
 - (b) The facts that are the subject of the communication occurred prior to the entry into force of the present Protocol for the State Party concerned unless those facts continued after that date;
 - (c) The same matter has already been examined by the Committee or has been or is being examined under another procedure of international investigation or settlement;
 - (d) It is incompatible with the provisions of the Covenant;
 - (e) It is manifestly ill-founded, not sufficiently substantiated or exclusively based on reports disseminated by mass media;
 - (f) It is an abuse of the right to submit a communication; or when
 - (g) It is anonymous or not in writing.

Article 4 Communications not revealing a clear disadvantage

The Committee may, if necessary, decline to consider a communication where it does not reveal that the author has suffered a clear disadvantage, unless the Committee considers that the communication raises a serious issue of general importance.

Article 5 Interim measures

1. At any time after the receipt of a communication and before a determination on the merits has been reached, the Committee may transmit to the State Party concerned for its urgent consideration a request that the State Party take such interim measures as may be necessary in exceptional circumstances to avoid possible irreparable damage to the victim or victims of the alleged violations.
2. Where the Committee exercises its discretion under paragraph 1 of the present article, this does not imply a determination on admissibility or on the merits of the communication.

Article 6 Transmission of the communication

1. Unless the Committee considers a communication inadmissible without reference to the State Party concerned, the Committee shall bring any communication submitted to it under the present Protocol confidentially to the attention of the State Party concerned.

2. Within six months, the receiving State Party shall submit to the Committee written explanations or statements clarifying the matter and the remedy, if any, that may have been provided by that State Party.

Article 7 Friendly settlement

1. The Committee shall make available its good offices to the parties concerned with a view to reaching a friendly settlement of the matter on the basis of the respect for the obligations set forth in the Covenant.

2. An agreement on a friendly settlement closes consideration of the communication under the present Protocol.

Article 8 Examination of communications

1. The Committee shall examine communications received under article 2 of the present Protocol in the light of all documentation submitted to it, provided that this documentation is transmitted to the parties concerned.

2. The Committee shall hold closed meetings when examining communications under the present Protocol.

3. When examining a communication under the present Protocol, the Committee may consult, as appropriate, relevant documentation emanating from other United Nations bodies, specialized agencies, funds, programmes and mechanisms, and other international organizations, including from regional human rights systems, and any observations or comments by the State Party concerned.

4. When examining communications under the present Protocol, the Committee shall consider the reasonableness of the steps taken by the State Party in accordance with part II of the Covenant. In doing so, the Committee shall bear in mind that the State Party may adopt a range of possible policy measures for the implementation of the rights set forth in the Covenant.

Article 9 Follow-up to the views of the Committee

1. After examining a communication, the Committee shall transmit its views on the communication, together with its recommendations, if any, to the parties concerned.

2. The State Party shall give due consideration to the views of the Committee, together with its recommendations, if any, and shall submit to the Committee, within six months, a written response, including information on any action taken in the light of the views and recommendations of the Committee.

3. The Committee may invite the State Party to submit further information about any measures the State Party has taken in response to its views or recommendations, if any, including as deemed appropriate by the Committee, in the State Party's subsequent reports under articles 16 and 17 of the Covenant.

Article 10 Inter-State communications

1. A State Party to the present Protocol may at any time declare under the present article that it recognizes the competence of the Committee to receive and consider communications to the effect that a State Party claims that another State Party is not fulfilling its obligations under the Covenant. Communications under the present article may be received and considered only if submitted by a State Party that has made a declaration recognizing in regard to itself the competence of the Committee. No communication shall be received by the Committee if it concerns a State Party which has not made such a declaration. Communications received under the present article shall be dealt with in accordance with the following procedure:

(a) If a State Party to the present Protocol considers that another State Party is not fulfilling its obligations under the Covenant, it may, by written communication, bring the matter to the attention of that State Party. The State Party may also inform the Committee of the matter. Within three months after the receipt of the communication the receiving State shall afford the State that sent the communication an explanation, or

any other statement in writing clarifying the matter, which should include, to the extent possible and pertinent, reference to domestic procedures and remedies taken, pending or available in the matter;

(b) If the matter is not settled to the satisfaction of both States Parties concerned within six months after the receipt by the receiving State of the initial communication, either State shall have the right to refer the matter to the Committee, by notice given to the Committee and to the other State;

(c) The Committee shall deal with a matter referred to it only after it has ascertained that all available domestic remedies have been invoked and exhausted in the matter. This shall not be the rule where the application of the remedies is unreasonably prolonged;

(d) Subject to the provisions of subparagraph (c) of the present paragraph the Committee shall make available its good offices to the States Parties concerned with a view to a friendly solution of the matter on the basis of the respect for the obligations set forth in the Covenant;

(e) The Committee shall hold closed meetings when examining communications under the present article;

(f) In any matter referred to it in accordance with subparagraph (b) of the present paragraph, the Committee may call upon the States Parties concerned, referred to in subparagraph (b), to supply any relevant information;

(g) The States Parties concerned, referred to in subparagraph (b) of the present paragraph, shall have the right to be represented when the matter is being considered by the Committee and to make submissions orally and/or in writing;

(h) The Committee shall, with all due expediency after the date of receipt of notice under subparagraph (b) of the present paragraph, submit a report, as follows:

(i) If a solution within the terms of subparagraph (d) of the present paragraph is reached, the Committee shall confine its report to a brief statement of the facts and of the solution reached;

(ii) If a solution within the terms of subparagraph (d) is not reached, the Committee shall, in its report, set forth the relevant facts concerning the issue between the States Parties concerned. The written submissions and record of the oral submissions made by the States Parties concerned shall be attached to the report. The Committee may also communicate only to the States Parties concerned any views that it may consider relevant to the issue between them.

In every matter, the report shall be communicated to the States Parties concerned.

2. A declaration under paragraph 1 of the present article shall be deposited by the States Parties with the Secretary-General of the United Nations, who shall transmit copies thereof to the other States Parties. A declaration may be withdrawn at any time by notification to the Secretary-General. Such a withdrawal shall not prejudice the consideration of any matter that is the subject of a communication already transmitted under the present article; no further communication by any State Party shall be received under the present article after the notification of withdrawal of the declaration has been received by the Secretary-General, unless the State Party concerned has made a new declaration.

Article 11 Inquiry procedure

1. A State Party to the present Protocol may at any time declare that it recognizes the competence of the Committee provided for under the present article

2. If the Committee receives reliable information indicating grave or systematic violations by a State Party of any of the economic, social and cultural rights set forth in the Covenant, the Committee shall invite that State Party to cooperate in the examination of the information and to this end to submit observations with regard to the information concerned.

3. Taking into account any observations that may have been submitted by the State Party concerned as well as any other reliable information available to it, the Committee may designate one or more of its members to conduct an inquiry and to report urgently to the Committee. Where warranted and with the consent of the State Party, the inquiry may include a visit to its territory.

4. Such an inquiry shall be conducted confidentially and the cooperation of the State Party shall be sought at all stages of the proceedings.

5. After examining the findings of such an inquiry, the Committee shall transmit these findings to the State Party concerned together with any comments and recommendations.

6. The State Party concerned shall, within six months of receiving the findings, comments and recommendations transmitted by the Committee, submit its observations to the Committee.

7. After such proceedings have been completed with regard to an inquiry made in accordance with paragraph 2 of the present article, the Committee may, after consultations with the State Party concerned, decide to include a summary account of the results of the proceedings in its annual report provided for in article 15 of the present Protocol.

8. Any State Party having made a declaration in accordance with paragraph 1 of the present article may, at any time, withdraw this declaration by notification to the Secretary-General.

Article 12 Follow-up to the inquiry procedure

1. The Committee may invite the State Party concerned to include in its report under articles 16 and 17 of the Covenant details of any measures taken in response to an inquiry conducted under article 11 of the present Protocol.

2. The Committee may, if necessary, after the end of the period of six months referred to in article 11, paragraph 6, invite the State Party concerned to inform it of the measures taken in response to such an inquiry.

Article 13 Protection measures

A State Party shall take all appropriate measures to ensure that individuals under its jurisdiction are not subjected to any form of ill-treatment or intimidation as a consequence of communicating with the Committee pursuant to the present Protocol.

Article 14 International assistance and cooperation

1. The Committee shall transmit, as it may consider appropriate, and with the consent of the State Party concerned, to United Nations specialized agencies, funds and programmes and other competent bodies, its views or recommendations concerning communications and inquiries that indicate a need for technical advice or assistance, along with the State Party's observations and suggestions, if any, on these views or recommendations.

2. The Committee may also bring to the attention of such bodies, with the consent of the State Party concerned, any matter arising out of communications considered under the present Protocol which may assist them in deciding, each within its field of competence, on the advisability of international measures likely to contribute to assisting States Parties in achieving progress in implementation of the rights recognized in the Covenant.

3. A trust fund shall be established in accordance with the relevant procedures of the General Assembly, to be administered in accordance with the financial regulations and rules of the United Nations, with a view to providing expert and technical assistance to States Parties, with the consent of the State Party concerned, for the enhanced implementation of the rights contained in the Covenant, thus contributing to building national capacities in the area of economic, social and cultural rights in the context of the present Protocol.

4. The provisions of the present article are without prejudice to the obligations of each State Party to fulfil its obligations under the Covenant.

Article 15 Annual report

The Committee shall include in its annual report a summary of its activities under the present Protocol.

Article 16 Dissemination and information

Each State Party undertakes to make widely known and to disseminate the Covenant and the present Protocol and to facilitate access to information about the views and recommendations of the Committee, in particular, on matters involving that State Party, and to do so in accessible formats for persons with disabilities.

Article 17 Signature, ratification and accession

1. The present Protocol is open for signature by any State that has signed, ratified or acceded to the Covenant.
2. The present Protocol is subject to ratification by any State that has ratified or acceded to the Covenant. Instruments of ratification shall be deposited with the Secretary-General of the United Nations.
3. The present Protocol shall be open to accession by any State that has ratified or acceded to the Covenant.
4. Accession shall be effected by the deposit of an instrument of accession with the Secretary-General of the United Nations.

Article 18 Entry into force

1. The present Protocol shall enter into force three months after the date of the deposit with the Secretary-General of the United Nations of the tenth instrument of ratification or accession.
2. For each State ratifying or acceding to the present Protocol, after the deposit of the tenth instrument of ratification or accession, the Protocol shall enter into force three months after the date of the deposit of its instrument of ratification or accession.

Article 19 Amendments

1. Any State Party may propose an amendment to the present Protocol and submit it to the Secretary-General of the United Nations. The Secretary-General shall communicate any proposed amendments to States Parties, with a request to be notified whether they favour a meeting of States Parties for the purpose of considering and deciding upon the proposals. In the event that, within four months from the date of such communication, at least one third of the States Parties favour such a meeting, the Secretary-General shall convene the meeting under the auspices of the United Nations. Any amendment adopted by a majority of two thirds of the States Parties present and voting shall be submitted by the Secretary-General to the General Assembly for approval and thereafter to all States Parties for acceptance.
2. An amendment adopted and approved in accordance with paragraph 1 of the present article shall enter into force on the thirtieth day after the number of instruments of acceptance deposited reaches two thirds of the number of States Parties at the date of adoption of the amendment. Thereafter, the amendment shall enter into force for any State Party on the thirtieth day following the deposit of its own instrument of acceptance. An amendment shall be binding only on those States Parties which have accepted it.

Article 20 Denunciation

1. Any State Party may denounce the present Protocol at any time by written notification addressed to the Secretary-General of the United Nations. Denunciation shall take effect six months after the date of receipt of the notification by the Secretary-General.
2. Denunciation shall be without prejudice to the continued application of the provisions of the present Protocol to any communication submitted under articles 2 and 10 or to any procedure initiated under article 11 before the effective date of denunciation.

Article 21 Notification by the Secretary-General

The Secretary-General of the United Nations shall notify all States referred to in article 26, paragraph 1, of the Covenant of the following particulars:

- (a) Signatures, ratifications and accessions under the present Protocol;
- (b) The date of entry into force of the present Protocol and of any amendment under article 19;
- (c) Any denunciation under article 20.

Article 22 Official languages

1. The present Protocol, of which the Arabic, Chinese, English, French, Russian and Spanish texts are equally authentic, shall be deposited in the archives of the United Nations.
2. The Secretary-General of the United Nations shall transmit certified copies of the present Protocol to all States referred to in article 26 of the Covenant.